

30 MAI 2015

# FOLHA DE LONDRINA

## Juiz e promotora de Londrina são acusados de improbidade

Ex-titulares da 1ª Vara e  
da Promotoria da Infância  
e Juventude teriam  
burlado Cadastro Nacional  
de Adoção; ambos não  
ocupam mais os cargos

### SOB SIGILO

Juiz e promotora  
de Londrina são  
acusados de  
suposta fraude em  
cadastro de adoção

Loriane Comeli  
*Reportagem Local*

**A** Promotoria de Defesa do Patrimônio Público de Londrina ajuizou ação civil pública acusando o juiz Ademir Ribeiro Richter e a promotora Yara Faleiros Guariente de improbidade administrativa por suposta burla ao Cadastro Nacional de Adoção (CNA). Sob sigilo de justiça, o processo, ajuizado há aproximadamente dois meses, tramita na 2ª Vara da Fazenda Pública de Londrina.

Richter e Yara eram os titulares da 1ª Vara e da Promotoria da Infância e Juven-

tude, responsável pelos processos de adoção da cidade. Ambos não estão mais nos cargos. Ele está exercendo o cargo de juiz substituto em segundo grau no Tribunal de Justiça (TJ) Paraná, em Curitiba, e a promotora, desde março, atua como substituta nas 2ª e 3ª varas criminais de Londrina.

O promotor de Defesa do Patrimônio Público, Renato de Lima Castro, recusou-se a dar qualquer informação sobre o caso, alegando que transcorre em sigilo. No entanto, em dezembro do ano passado, ao dar entrevista sobre a investigação, revelou detalhes: Richter, que atuou por 10 anos na Vara da Infância e Juventude, estaria descumprindo a ordem cronológica de habilitação de adotantes inscritos no CNA e supostamente privilegian-

do casais inscritos recentemente em detrimento dos mais antigos. A ordem cronológica de inscrição, que se dá pela habilitação do adotante – uma sentença considerando a pessoa apta a adotar – é uma exigência do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Aquela ocasião, Castro afirmou que a irregularidade teria ocorrido em pelo menos dez casos e instaurou o procedimento após ter sido procurado por casais que se sentiram lesados pela ação do juiz. Quanto à promotora, ela teria deixado de fiscalizar as ações do magistrado.

**CONTINUA**

# FOLHA DE LONDRINA

## CONTINUAÇÃO

Ontem, a reportagem deixou recado ao juiz em seu gabinete, mas ele não deu retorno à solicitação de entrevista. Em dezembro, Richter admitiu à FOLHA que não observava a ordem cronológica – sustentando que este não se tratava de um critério legal – e que seguia critérios subjetivos para escolher os adotantes. “Por falta de critério legal, a gente usa os critérios que a gente pode. Dentre os casais, (escolho) o que está mais qualificado”, afirmou à ocasião. “Na verdade, cada comarca, cada juiz tem seu critério.”

Em dezembro, o promotor também afirmou que a conduta de Richter, em tese, atentava “contra os princípios da administração pública, violando os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições”.

A promotora Yara Faleiros disse que “em razão do sigilo, não posso falar sobre a ação”. Afirmou apenas que sua saída da Promotoria da Infância e Juventude não tem relação com a investigação. “Pedi para sair por motivos pessoais.”

### CORREGEDORIA

As supostas irregularidades estão sendo investigadas pelas corregedorias do TJ e do Ministério Público (MP). Porém, nenhum dos órgãos prestou qualquer informação. No MP, a assessoria de comunicação informou que nada pode ser dito em razão do sigilo. No TJ, a assessoria recomendou que se procurasse diretamente a Corregedoria, que não deu qualquer retorno. O TJ também não informou desde quando e porque o juiz foi removido.

30 MAI 2015

30 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

# Governo e APP travam nova batalha judicial

**Em nova ação, PGE pede bloqueio de R\$ 1,24 milhão da conta da entidade; valor é referente à soma das multas que seriam aplicadas em 32 dias de greve**

Mariana Franco Ramos  
Reportagem Local

Curitiba – Sem perspectiva de convocar uma nova rodada de negociações, o governo do Paraná busca, via Tribunal de Justiça (TJ), encerrar a greve dos professores, que hoje completa 34 dias. Em uma ação encaminhada anteontem ao desembargador Luiz Mateus de Lima, a Procuradoria Geral do Estado (PGE) cobra R\$ 1,24 milhão da APP-Sindicato, entidade representativa da categoria. O valor é referente à soma das multas diárias que seriam aplicadas desde a deflagração do movimento.

A PGE solicita o bloqueio do dinheiro da conta da instituição e a obtenção de uma ordem judicial para impedir o repasse dos valores descontados mensalmente dos docentes filiados, a título de contribuição. O pedido foi encaminhado a Lima porque foi ele que concedeu a liminar, no dia 27 de abril, considerando a paralisação irregular. Na época, o magistrado estabeleceu multa diária de R\$ 40 mil. Para a PGE, a conduta dos professores, que não retornaram às salas de aula, coloca em descrédito a autoridade da Justiça, além de impor “prejuízos irremediáveis à edu-

*Para APP, enquanto recurso não é analisado, a multa não seria válida*

cação de milhares de estudantes”.

No dia 7 de maio, o sindicato entrou com um agravo de instrumento, contestando a decisão. Até agora, porém, ele não foi julgado. Ontem, a assessoria de imprensa do TJ informou que o relator encaminhou o documento para análise da sessão da 5ª Câmara. O desembargador Nilson Mizuta teria então pedido vista dos autos. Não há um prazo para que o Tribunal se manifeste.

No entendimento da APP, enquanto o recurso não é analisado, a multa não seria válida. “Já estamos em contato com o nosso departamento jurídico, que tomará as providências legais. A greve não é, como diz a nota do governo, ilegal ou abusiva”, afirmou a secretária de finanças da entidade, Marlei Fernandes. De acordo com ela, nesta segunda-feira

os professores visitarão os gabinetes dos deputados, pedindo que todos rejeitem a proposta de reajuste feita pelo Executivo, de 3,45%. Eles defendem a reposição da inflação dos últimos 12 meses, calculada em 8,17%, ainda em 2014.

## DANOS MORAIS

A PGE também emitiu ontem nota informando que desconhece o teor da ação civil pública de indenização por danos morais ajuizada contra o Estado, devido ao chamado massacre do Centro Cívico, no dia 29 de abril. O órgão diz que adotará as medidas cabíveis assim que tomar conhecimento da peça. Conforme a FOLHA publicou ontem, um grupo de dez defensores públicos pede à gestão do governador Beto Richa (PSDB), entre outras questões, o ressarcimento de R\$ 5 milhões e a construção de um monumento em memória ao ocorrido.

30 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

# Repressão da PM custou R\$ 1 milhão aos cofres públicos

Mariana Franco Ramos

*Reportagem Local*

**Curitiba** – O custo da operação Centro Cívico, que resultou em 213 feridos, no dia 29 de abril, em Curitiba, deve chegar perto de R\$ 1 milhão. A estimativa consta do relatório repassado pela Polícia Militar (PM) do Paraná ao Ministério Público de Contas (MPC). Conforme o documento, a corporação gastou R\$ 553,3 mil com as diárias de alimentação e hospedagem dos agentes deslocados do interior, além de R\$ 395 mil em “instrumentos de menor potencial ofensivo”, caso das balas de borracha.

Na ocasião, pelo menos 20 mil pessoas, a maioria professores, se aglomeraram em frente à Assembleia Legislativa (AL), com o objetivo de protestar contra a reforma na Parana Previdência. Uma ordem judicial impedia a entrada dos servidores no prédio da AL. A mobilização e a consequente repressão por parte da PM, no lado de fora, não impediram a aprovação da proposta em plenário. Foram 31 votos a 20.

A PM informou que utilizou 2.516 homens, sendo 1.661 de Curitiba e região e os 855 restantes de outras cidades – daí a necessidade de se providenciar refeições, vagas em hotéis e

transporte. Os policiais tiveram à disposição 2.323 projéteis de borracha, 25 garrafas de spray de pimenta, 1.094 granadas de efeito moral e 300 bombas de gás lacrimogêneo. O ofício da corporação cita, ainda, que não houve registro de profissionais presos por insubordinação, como se chegou a ventilar à época.

Depois dos acontecimentos, o Ministério Público (MP), a Polícia Civil (PC) e a própria PM começaram a apurar responsabilidades. No caso do MP, foram colhidos até agora 294 depoimentos de vítimas e testemunhas. O órgão requisitou 204 laudos de exames de lesões corporais, dos quais 132 já foram concluídos. A previsão é de que as investigações sejam concluídas dentro de 30 dias. Ao contrário da Polícia Militar, o governo do Estado e a Secretaria de Segurança Pública (Sesp) não repassaram as informações solicitadas pela Procuradoria. Tanto a PM como a Sesp disseram à FOLHA que só iriam se pronunciar ao final das investigações.

30 MAI 2015

## FOLHA DE LONDRINA

### INFORME FOLHA

#### Exploração midiática

O advogado René Ariel Dotti, contratado pelo governador Beto Richa (PSDB), esteve ontem em Londrina para pedir ao juiz da 3ª Vara Criminal, Juliano Nanuncio, que explicita que seu cliente não é um dos investigados na operação Publicano, que apura a existência de uma quadrilha formada por auditores fiscais que agia na Receita Estadual de Londrina. Esta semana, Dotti teve pedido de habilitação no processo negado pelo juiz, "considerando-se não ter sido o respeitável defensor constituído por investigado neste inquérito policial, de forma a resguardar o sigilo que permeia este feito". O criminalista considerou positiva a negativa de Nanuncio, mas, agora quer que o magistrado "complemente aquela decisão para dizer, expressamente, que cliente não é investigado". "O objetivo é evitar a exploração midiática do caso."

#### Pessoas próximas

Embora Beto não seja investigado pela Publicano – até porque tem foro privilegiado para processos criminais – pessoas próximas a ele, como seu parente Luiz Abi Antoun e o ex-inspetor geral de Arrecadação da Receita do Paraná, Márcio Albuquerque de Lima, são apontados como "cabeças" de esquemas ilícitos em Londrina. Também existe declarações do auditor Luiz Antonio de Souza (preso desde janeiro e também acusado de exploração sexual de adolescentes) de que dinheiro de propina cobrado por auditores – cerca de R\$ 2 milhões – foi para a campanha de reeleição de Beto.

30 MAI 2015

## FOLHA DE LONDRINA

**LUÍZ GERALDO MAZZA**

### **Contraste intolerável**

Concedeu-se ao Mauro Ricardo Costa a condição de Sassá Mutema, o salvador da pátria, como operador principal do ajuste fiscal e num nível que nem o ministro Joaquim Levy detém nacionalmente para a regularização das contas, já que lá ao menos há resistência parlamentar, aqui inimaginável. Mas isso se dá num momento em que o Gaeco detecta ligações perigosas entre um núcleo forte de fiscais e gente do governo, ligadas no mínimo por afetividade, num esquema de propinas e desvios assustador. O chefe da gangue, ainda segundo o Gaeco, é o companheiro de aventuras automobilísticas do governador, grave demais para ser ocultado ou desprezado.

É claro que é mais fácil ao secretário da Fazenda estabelecer regras duras e gerais para o funcionalismo, como se viu na proposta minimalista, do que botar um freio radical na corporação fiscalista. Esse contraste é intolerável porque se a alta hierarquia da fiscalização está comprometida, pelo menos numa escala inaceitável como afirma o Ministério Público, fica estranho e monta um quadro de contradição em termos um setor-chave para esforço de recuperação em ganhos fazendários estar aureolado pelas denúncias com alguns deles livres, graças à concessão de habeas corpus, todavia ainda sob investigação que os obrigaria, no mínimo, a afastar-se das funções.

Se houvesse credibilidade no governo, que sempre escamoteou a quebra, teríamos uma outra situação que também não melhora com a advertência do Tribunal de Contas de que no setor de pessoal, desde o último quadrimestre do ano passado, há a superação do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal, o que dito agora tem um tom de bloqueio final ao agito dos barnabés. É que em função dessa realidade o governo está impedido de nomear, conceder aumentos e até mesmo pagar atrasados ou promoções ou progressões. Enfim, o juízo final. Ocorre que se o governo não tem credibilidade a da Corte de Contas não é lá muito diferente já que não consta que no meio de exercício, como tem acontecido, haja revelado esse tipo de preocupação, deixando para fazê-lo como questão consumada no balanço final entre as restrições postas como pecado venial.

Contraste intolerável é fazer arrocho, deprimir ganhos, fixar cortes e ter uma fiscalização suspeita como se fosse uma Fifa medonha a lhe retirar nutrientes e impedir a recuperação.

### **Multas**

A Procuradoria Geral do Estado pediu ao Tribunal de Justiça o cumprimento de sua decisão de multar a APP-Sindicato por 32 dias de greve em R\$ 1,24 milhão. Ocorre que há recurso dos professores ainda não julgado e não consta que o TJ esteja empenhado em fazer cumprir a decisão que a declarava ilegal. Essas omissões todas fortalecem a musculatura da resistência.

### **Custos**

Já se sabe o custo do massacre do dia 29 de abril em diárias, consumo de armas e de equipamentos, mas ninguém apresentou o ônus da greve prolongada para os alunos e os próprios professores. Aliás eles não são bons de boletim, segundo notas do Exame Nacional do Ensino Médio, mais vermelho do que azul. Se fossem bons na regência de aulas, como em greves, estaríamos no ranking.

30 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

Justiça bloqueia

R\$ 137,5 mi

em bens da

Mendes Júnior

Medida visa bloquear parte dos valores desviados da Petrobras em contratos superfaturados e pagos a título de propina para agentes públicos

Rubens Chueire Jr.

Reportagem Local

Curitiba - A Justiça Federal do Paraná determinou o bloqueio de R\$ 137,5 milhões em bens da Mendes Júnior Participações S/A, Mendes Junior Trading e Engenharia S/A, do ex-vice-presidente executivo da trading Sérgio Cunha Mendes, do ex-vice-presidente corporativo Ângelo Alves Mendes e de Rogério Cunha de Oliveira, Alberto Elísio Vilaça Gomes e José Humberto Cruvinel Resende, todos ex-funcionários do grupo.

A decisão, em medida cautelar, atende um pedido protocolado pelos procuradores da força-tarefa do Ministério Público Federal (MPF), e visa o bloqueio de parte dos valores desviados da Petrobras em contratos com empresas do grupo Mendes Júnior, e pagos a título de propina a agentes públicos relacionados à diretoria de Abastecimento da Estatal. Como tem caráter liminar,

no momento não haverá alienação de bens e a medida não atingirá o capital de giro das empresas.

Os valores indisponíveis, conforme os procuradores, correspondem a 1% do total dos contratos firmados entre as empresas e a estatal no período (cerca de R\$ 34 milhões), além da multa civil de três vezes o valor do acréscimo patrimonial indevido. De acordo com a decisão judicial, as provas apresentadas confirmam que "em todos os contratos celebrados com as empresas cartelizadas havia o acerto de pagamento de propina de 1% do valor total dos contratos ao então diretor Paulo Roberto Costa (da diretoria de Abastecimento)".

Todos os réus citados nesta ação civil pública por improbidade também foram citados na ação criminal que tramita na 13ª Vara Federal Criminal, e que já passou da fase dos interrogatórios. Os réus agora têm até 15 dias para

apresentarem em juízo bens livres e desimpedidos passíveis de constrição judicial. No mês de abril a Justiça Federal já havia determinado o bloqueio de R\$ 153,9 milhões em bens da Jackson Empreendimentos S/A, da Engevix Engenharia S/A e do ex-vice-presidente das duas empresas, o executivo Gerson de Mello Almada. E, no início de maio, a Justiça Federal tornou indisponível R\$ 544 milhões das construtoras Camargo Corrêa (R\$ 242 milhões) e Galvão Engenharia (R\$ 302 milhões). Ao todo, chega a R\$ 835,4 milhões a soma dos bloqueios envolvendo as empreiteiras investigadas dentro da Operação Lava Jato.

30 MAI 2015

## FOLHA DE LONDRINA

### AGENDA

#### **Dia da Cidadania**

Londrina – A Ordem dos Advogados do Brasil no Paraná (OAB-Paraná), em parceria com a Subseção Londrina, realiza, no sábado (30), o Dia da Cidadania. A ação ocorrerá no Calçadão, entre as ruas São Paulo e João Cândido, das 9 às 16 horas. O objetivo é fornecer orientações jurídicas aos cidadãos nas áreas do Direito da Família, Consumidor, Trabalhista, Penal e Previdenciário. Participam advogados integrantes das Comissões de Direito Criminal, Previdenciário, Consumidor e Trabalho, além de membros do Núcleo Jovem da OAB-Londrina. As ações relacionadas do Dia da Cidadania serão realizadas em todo o Paraná.

#### **Defensoria Pública**

Londrina – A Defensoria Pública do Paraná promove neste domingo (31), a partir das 8 horas, evento com a finalidade de levar aos moradores do Residencial o Vista Bela e imediações informações sobre seus direitos. Os interessados poderão receber orientação jurídica e resolver demandas consensuais na área de família, como divórcio, pensão alimentícia, fixação de guarda e regulamentação de visitas. O evento será na sede do Projeto DIST, na Rua Giocondo Maturi, 731. É importante levar documentos como RG, CPF, comprovante de renda, comprovante de residência, certidão casamento e certidão de nascimento.



31 MAI 2015

## FOLHA DE LONDRINA

# Crianças desaparecidas

**D**eve tramitar no Congresso Nacional um projeto de lei determinando que todos os boletins de ocorrência policial, os chamados BOs, envolvendo desaparecimento de crianças e adolescentes no País sejam imediatamente enviados ao Ministério da Justiça para que sejam publicados em uma página específica na internet. A informação que ficará disponível na rede mundial de computadores será acompanhada de uma imagem do BO e uma foto do jovem desaparecido.

Essa foi uma importante proposta sugerida durante audiência pública, realizada semana passada, no Senado, organizado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. A reunião aconteceu em referência a 25 de maio, Dia Nacional da Criança Desaparecida.

Outra ferramenta da internet deverá ajudar as famílias de crianças desaparecidas no Brasil. Uma parceria entre governo federal e o Facebook possibilitará a abertura de um site que será atualizado diariamente, contendo informações e fatos envolvendo os desaparecidos. A previsão é que ele entre em funcionamento no final de junho.

O governo federal anunciou ainda, durante a audiência pública, que criou um grupo interministerial para tratar sobre o

Cadastro Nacional de Crianças e Jovens Desaparecidos, cujos grandes focos serão a migração automática de dados dos estados para este cadastro, a assistência às famílias atingidas e a própria busca pelos desaparecidos. Outra medida já está em funcionamento desde maio. Trata-se de uma plataforma on-line e gratuita, a Central Nacional de Óbitos de Pessoas Não Identificadas. O serviço foi viabilizado pela Associação dos Registradores de Pessoas Naturais de São Paulo (Arpen-SP), que vai disponibilizar dados disponíveis em cartórios de registro civil dos Estados interessados.

Em reportagem publicada hoje, a FOLHA mostra que no ano passado foram registrados no Paraná 254 desaparecimentos de meninos e meninas, sendo a maioria fugas. No Estado, o Serviço de Informações de Crianças Desaparecidas (Sicride) tem abertos 24 casos de desaparecimento de crianças que nunca foram solucionados.

A internet e ferramentas como o Facebook, certamente, têm poder de ajudar na localização de pessoas desaparecidas. Por isso, iniciativas como essas que foram citadas são bem-vindas. Mas, não basta uma boa ideia se não houver empenho e condições de colocá-la em prática. Espera-se que realmente o Brasil consiga tirar do papel essas propostas em um curto período de tempo.

DESAPARECIDOS

# Injeção de esperança

Só o Paraná tem 24 casos de desaparecimento de crianças que nunca foram solucionados. Formatação de informações na internet e a criação da Central Nacional de Óbitos de Pessoas Não Identificadas devem ajudar a amenizar a angústia das famílias

*Banco de dados vai propiciar que as pessoas busquem por seus parentes fora de seus estados*

Carolina Avansini  
Reportagem Local

**A**ngústia e esperança são os sentimentos que nunca abandonam os familiares de pessoas desaparecidas. Sem saber o paradeiro de filhos, netos ou irmãos que um dia não voltaram para casa, eles convivem diariamente com a saudade, a dúvida e a esperança de receber uma resposta sobre o destino de entes tão queridos.

Apenas no Paraná, o Serviço de Informação de Crianças Desaparecidas (Sicride) mantém abertos 24 casos de desaparecimento de crianças que nunca foram solucionados. Considerando os casos em que os meninos e meninas foram encontrados, porém, no ano passado foram 254 registros, sendo a maioria fugas.

No Brasil, são 368 desaparecimentos registrados no Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos. Não há dados organizados sobre adultos, mas entre os dez milhões de cadastros de óbitos em cartórios de nove estados, 53 mil são de pessoas desconhecidas, que faleceram sem o conhecimento de parentes.

Algumas iniciativas têm sido tomadas para agilizar a busca por estas pessoas. Em referência a 25 de maio, marcado como o Dia Nacional da Criança Desaparecida, o Senado realizou na semana passada uma audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) que resultou na sugestão de projeto de lei determinando que todos os boletins de ocorrência policial (BOs) que envolvam o desaparecimento de crianças e adolescentes no país sejam imediatamente enviados ao Ministério da Justiça para que sejam publicados em uma página específica na internet. A informação deverá ser acompanhada de uma foto do BO e também uma foto do jovem desaparecido.

Durante audiência na CDH, a representante da Secretaria de Direitos Humanos (SDH) da Presidência da República, Maria Izabel da Silva, informou que uma parceria do governo federal com o Facebook possibilitará a abertura de um site na internet, que será atualizado diariamente, contendo informações e fatos envolvendo crianças e jovens desaparecidos.

Segundo Maria Izabel, este site estará no ar em 30 dias. Participa também da articulação a ONG Desaparecidos.org, que já possui uma página própria. A servidora informou ainda que foi criado um grupo interministerial para tratar sobre o cadastro nacional de crianças e jovens desaparecidos, cujos focos serão a migração automática de dados dos estados para este cadastro, a assistência às famílias atingidas e a própria busca pelos desaparecidos.

Também começou a funcionar este mês em plataforma on-line e gratuita a Central Nacional de Óbitos de Pessoas Não Identificadas. O serviço foi viabilizado pela Associação dos Registradores de Pessoas Naturais de São Paulo (Arpen-SP), que vai disponibilizar dados disponíveis em cartórios de registro civil de nove estados: São Paulo, Espírito Santo, Santa Catarina, Distrito Federal, Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul, Goiás e Pernambuco. O Paraná ainda não está incluso, mas de acordo com o provimento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) o Estado tem até o mês de setembro para aderir.

CONTINUA

31 MAI 2015

## FOLHA DE LONDRINA

### CONTINUAÇÃO

A iniciativa atende à Recomendação nº 19, de 2015, CNJ. A corregedora nacional de justiça, ministra Nancy Andrichi, explicou que a mesma surgiu a partir da constatação de que, apesar de vários serviços de registro civil nos estados já contarem com cadastros de óbitos de pessoas não identificadas, era notório o grande número de pessoas em busca de parentes desaparecidos. "O que fizemos foi incentivar a unificação dos cadastros estaduais num grande banco de dados de modo que as pessoas possam buscar seus parentes desaparecidos fora de seus estados. Trata-se de uma medida simples que vai diminuir o sofrimento de famílias que procuram por anos seus entes desaparecidos", afirmou.

Luis Carlos Vendramin, vice-presidente da Arpen-SP, explica que o banco de dados disponibilizará informações como idade presumida, sexo, cor da pele, sinais aparentes e data do óbito. A busca deve ser feita no site [www.registrocivil.org.br/desconhecido](http://www.registrocivil.org.br/desconhecido). "Não é possível ter certeza de que se trata de um determinado parente, mas a ferramenta vai ajudar na pesquisa".

### 'Só fiquei viva por meus outros filhos'

Stefani Vitória Rochinski tinha 10 anos em 2012, quando em uma manhã saiu para a escola, em Porto Amazonas (PR), e nunca mais voltou. Filha caçula de Zenilda Maria Marques Rochinsky, ela costumava fazer o percurso com o irmão mais velho, mas neste dia acabou indo sozinha. As investigações sobre o caso concluíram que, após sair de casa, ela nunca chegou ao estabelecimento de ensino. A família só foi dar conta do desaparecimento na hora do almoço, quando Stefani não chegou em casa. Desde então, a família não tem qualquer pista sobre o que possa ter acontecido.

"Ninguém viu nada e a polícia também não descobriu muita coisa", lamenta a mãe, que alimenta esperanças de encontrar a filha viva. "Ela é uma menina boazinha, que conversava bastante, não tinha rebeldia e não fazia nada escondida. Como nunca encontraram o corpo, acho que pode estar viva", acredita.

Os dias de Zenilda re-

sumem-se a "viver o hoje". "Sinto-me desolada, só fiquei viva por causa dos meus outros filhos e por acreditar que ela ainda vai precisar de mim."

Na família, as datas comemorativas perderam o brilho. "A gente tenta, mas acabamos lembrando da tragédia", diz Zenilda, que considera a dúvida "o pior dos sentimentos". "Ela tinha dez anos. Não consigo imaginar que possa não ter ninguém cuidando dela", entristece-se.

Os pais fizeram buscas intensas pela filha, viajando a vários locais onde diziam haver pistas sobre o paradeiro de Stefani. "Depois colocamos o pé no chão e deixamos a investigação com a polícia."

O maior desejo da mãe é que o caso não caia no esquecimento. "Minha filha não me sai da cabeça, vou continuar procurando enquanto estiver viva", espera Zenilda, que sente falta dos momentos de brincadeiras e risadas. "Consigo ficar feliz por alguns momentos, mas logo vem a tristeza. É muito difícil." (C.A.)

CONTINUA

# FOLHA DE LONDRINA

## CONTINUAÇÃO

31 MAI 2015

**'É horrível não  
saber o que  
aconteceu'**

O desaparecimento da menina Vivian Florêncio, em Curitiba, no ano de 2005, foi uma tragédia dupla para a família. Aos 3 anos de idade, ela estava com a mãe, que foi assassinada. O corpo foi encontrado cinco dias depois, mas a garotinha nunca mais foi vista.

O suspeito pelo homicídio é o pai da menina, que jamais assumiu a filha. Maria Emília, mãe da criança, saiu de casa para se encontrar com ele e cobrar o pagamento de uma pensão, mas não voltou para casa. O homem chegou a ser condenado e preso pelo homicídio, mas a defesa recorreu e ele aguarda novo julgamento em liberdade.

"É muito difícil conviver com isso. É horrível não saber o que aconteceu", conta o avô de Vivian, o aposentado Luiz Ubaltino Polli Florêncio, que junto com a esposa Marlene ficou responsável por criar os outros filhos de Maria Emília, hoje com 21 e 25 anos. "Nunca imaginei perder uma filha na flor da idade e ficar sem notícias da minha neta", lamenta.

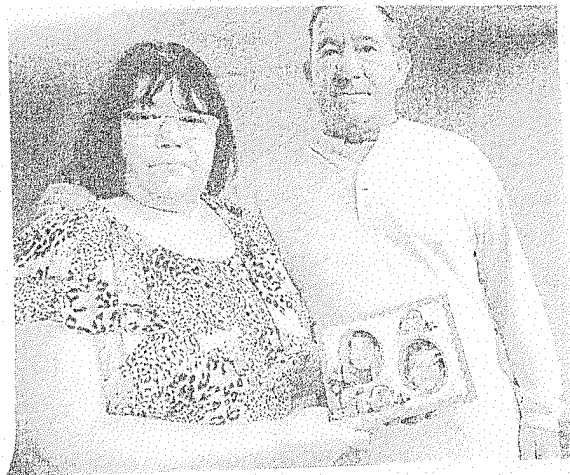
Resignado, o avô não tem mais esperanças de encontrar a criança. Logo depois do ocorrido, ele chegou viajar

para outros estados em busca de pistas. "Sempre que alguém comentava ter visto uma criança parecida, a gente ia atrás, mas nunca encontramos nada. O pai nega até hoje o homicídio, então não há qualquer indício do que possa ter acontecido", diz.

Apegada à religião, Marlene, a avó de Vivian, tem opinião diferente. "Nunca perdi as esperanças. Vou continuar procurando, porque não acredito que ela tenha sido morta como a mãe. Seria muita crueldade", diz ela, para quem a polícia não pode parar de procurar. "Não vamos deixar este caso cair no esquecimento", avisa.

Até hoje, a família se sobressalta quando o telefone toca. "Penso que pode ser alguém com notícias", conta a avó, que não suporta, também, a perda da filha. "Era a mais velha e a única menina. Até parei de fazer artesanato porque me traz muitas lembranças dela", revela. Pensativa, a avó comenta que, por acreditar que a neta está viva, reza todos os dias para que tenha sido acolhida por uma boa família que dê cuidados e amor. "Hoje, ela estaria com 13 anos, uma mocinha. Não gosto de pensar que possa ter sofrido". (C.A.)

**"Não gosto de  
pensar que  
ela possa  
ter sofrido"**



Marlene e Luiz Florêncio, avós de Vivian Florêncio, que desapareceu em 2005, aos 3 anos de idade, em Curitiba

31 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

# OAB promove Dia da Cidadania

Advogados prestaram  
orientações jurídicas gratuitas  
ontem no Calçadão

Marcos Roman  
Reportagem Local

**P**restar orientações jurídicas gratuitas à população. Com esse objetivo, a Subseção Londrina da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) promoveu ontem o Dia da Cidadania. Em uma tenda montada no Calçadão, 32 advogados esclareceram dúvidas nas áreas do Direito da Família, Consumidor, Trabalhista, Penal e Previdenciário.

A iniciativa foi promovida pela OAB-Paraná e contou com a adesão de 48 subseções em todo o Estado. Em Londrina, o evento foi organizado pelo Núcleo Jovem da instituição. "Muitas pessoas têm a ilusão de que é caro contratar um advogado para buscar seus direitos. Com essa ação temos a oportunidade de esclarecer as principais dúvidas e indicar quem nos procura às assistências jurídicas gratuitas prestadas por diversas faculdades da cidade. Essa também é uma forma de colocar os estudantes de Direito em contato com a parte prática da profissão", destacou Andressa Canello Isidoro, vice-presidente do Núcleo Jovem da OAB-Londrina.

## SERVIÇO

Faculdades que prestam assistência jurídica gratuita:  
Pitágoras (43) 3373-7799  
Unopar (43) 3371-7606  
Unifil (43) 3375-7400  
Faat (43) 3031-5050  
PUC-PR (43) 3341-2800  
UEL (43) 3324-6352  
Uninorte (43) 4009-4009

Segundo ela, as maiores dúvidas entre as pessoas atendidas referem-se a pensões previdenciárias e alimentícias. É o caso do operador de máquinas Gilberto Marinhos dos Santos. "Dei entrada no pedido de aposentadoria há mais de quatro anos e até hoje não obtive nenhuma resposta. O INSS recomendou que eu procurasse uma junta da Justiça Federal no bairro Aeroporto. Mas fiquei sabendo que os advogados estariam no Centro hoje e vim tirar umas dúvidas. Eles me passaram o endereço de um site para acompanhar o processo pela internet. Fiquei muito satisfeito com o atendimento", afirmou.

Já a dona de casa Cleusa de Fátima Moreno buscou esclarecimentos na área Civil. "Eu e meus irmãos vendemos uma casa que herdamos da nossa mãe, mas 10 anos depois da venda ainda não conseguimos regularizar os documentos do imóvel com o comprador. Após receber algumas orientações aqui vou procurar uma faculdade que possa me atender gratuitamente", relatou.

## Nova afronta aos princípios da negociação coletiva

Renato Lima Barbosa e  
Guilherme Cavicchioli Uchimura

Na contramão da expectativa dos servidores e em afronta às leis vigentes, o governador Beto Richa enviou à Assembleia Legislativa projeto de lei que busca fixar o reajuste salarial do funcionalismo em 3,45%, em parcelas, e alterar a data-base para 1º de janeiro. Chega-se a um novo capítulo da tensão entre servidores e governo, devendo ficar claro que o foco não é mais, como em abril, ataques à previdência. A greve em curso é por uma reivindicação bastante simples: o reajuste salarial no patamar da inflação.

Chegamos ao mês da data-base, no qual o Estado do Paraná possui a obrigação de reajustar o salário de seus servidores. Trata-se de dar cumprimento a normas da Constituição Federal (art. 37, X), da Constituição Estadual (art. 27, X) e da Lei Estadual 15.512/2007 (art. 7º). Aplica-se ainda aos servidores públicos o princípio da irredutibilidade dos vencimentos, significando que o governo não pode fazer o reajuste salarial conforme sua vontade. Deveria, antes de propor reajustes abaixo das perdas inflacionárias, comprovar com clareza a impossibilidade de manter o poder aquisitivo dos trabalhadores.

A falta de comprometimento do governo com o diálogo social e com a transparência afronta diretamente a Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho, pela qual o Brasil fica obrigado a promover negociação coletiva com servidores públicos. Exemplo do descompromisso do governo é a confecção da nova "proposta", costurada em reunião fechada entre Executivo e Legislativo. Que negociação coletiva seria essa em que as portas estão fechadas aos trabalhadores?

O governo, hermético em suas redomas intransponíveis, alega que a greve é ilegal e abusiva, apoiando-se em decisão judicial questionável. Negocia consigo mesmo, tentando deslegitimar o movimento grevista. Insiste em acusá-lo de mera manobra partidária e reduzi-lo à polarização entre PT e PSDB, discurso fácil e vazio também utilizado pelo governo federal para se

esquivar do diálogo social.

A sua aposta é vencer pelo cansaço, levando em conta o cálculo do desgaste acumulado desde as lutas de fevereiro. "Não aguentarão por muito tempo" – talvez digam do alto do Palácio do Iguaçu. Mas essa atitude, a de negar o diálogo social, serve apenas como mais uma provocação à continuidade das greves.

Tanto a greve anterior quanto a atual são legítimas e amparadas pela Constituição. É importante ter a clareza de que a decisão judicial de março, que o governo usa como escudo para se furtar ao diálogo, é uma decisão liminar, ou seja, provisória e proferida por um único juiz. Nela, o desembargador que decidiu pela abusividade "esqueceu" que os servidores estavam sem receber salários (verbas rescisórias e férias). Além disso, seus efeitos não poderiam abranger a greve atual, já que decorre de fatos distintos.

A Constituição garante os direitos fundamentais de greve e de sindicalização aos servidores públicos. Cria, com isso, uma obrigação ao Estado: promover a negociação coletiva com o funcionalismo. Não há outra razão para existirem os direitos de sindicalização e de greve. Afinal, de que adiantam todas essas normas constitucionais se o governo demonstra que não quer enfrentar as suas

obrigações abertamente?

O que está em curso é uma política de deslocar a responsabilidade para outras esferas. Ao questionar a legalidade da greve no Judiciário, o governo se esquivou da obrigação de negociar com os servidores, afrontando os princípios estabelecidos pela Constituição e pela OIT. Agora, com a nova proposta, simultaneamente empurra o conflito para o âmbito do Legislativo e adia discussões necessárias para um futuro incerto. A negociação, na medida em que se cobra do governo o diálogo e a transparência, interessa não só ao funcionalismo, mas a toda a sociedade.

RENATO LIMA BARBOSA é professor de Direito em Londrina e GUILHERME CAVICCHIOLI UCHIMURA é advogado em Curitiba

66

*A greve é por uma reivindicação bastante simples: o reajuste salarial no patamar da inflação*

30 MAI 2015

## FOLHA DE S. PAULO

# Supremo deve julgar caso das biografias em 30 dias

Tribunal decidirá se livros poderão ser publicados sem autorização de biografados

O Supremo Tribunal Federal deve decidir até o final do mês que vem se biografias não autorizadas podem ser publicadas mesmo sem o consentimento do personagem-tema da obra.

Uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) sobre o assunto está pronta para entrar na pauta do plenário da corte. Relatora do processo, a ministra Cármen Lúcia já elaborou seu voto. Agora, cabe ao presidente do Supremo, o ministro Ricardo Lewandowski, definir qual será a data do julgamento.

A **Folha** apurou que ele pretende levar o processo à apreciação do plenário antes do recesso do Judiciário, que começará no dia 2 de julho.

A ação em curso no tribunal foi proposta pela Associação Nacional dos Editores de Livros (Anel) em 2012.

A entidade questiona dois artigos do Código Civil relativos ao uso de imagem e ao direito à privacidade. A associação pleiteia o direito de produzir e publicar biografias sem a necessidade de autorização dos biografados.

A Procuradoria-Geral da República, instada a se posicionar no processo, defendeu a tese de que a publicação não pode depender de consentimento prévio do personagem retratado.

Em outra frente, tramita no Senado um projeto de lei que autoriza a publicação de biografias não autorizadas.

A proposta, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, é relatada pelo senador Romário (PSB-RJ). No Twitter, o ex-jogador de futebol já se declarou favorável ao projeto. "A legislação brasileira já tem mecanismos para punir aqueles que publicam inverdades", escreveu.

### POLÊMICA

A polêmica ganhou força em 2007, quando a Justiça proibiu a venda do livro "Roberto Carlos em Detalhes", de Paulo Cesar de Araújo.

O assunto empurrou para lados opostos biógrafos e artistas. Em 2013, figuras como Roberto Carlos, Caetano Veloso e Chico Buarque defenderam a necessidade de crivo do biografado antes da publicação da obra.

30 MAI 2015

# FOLHA DE S. PAULO

## Cunha diz que ir ao STF contra doação privada é 'choro'

Deputados acusam peemedebista de ter manobrado para reapresentar tema que havia sido rejeitado na véspera

**Associação de juízes criticou a proposta e afirmou que o método para sua aprovação foi inconstitucional**

DO RIO

O presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), disse nesta sexta (29) que a intenção de um grupo de deputados de entrar com uma ação no STF (Supremo Tribunal Federal) contra a inclusão do financiamento privado eleitoral na Constituição é "choro".

Um grupo de 64 deputados do PT, PSB, Pros, PC do B, PPS e Psol quer levar a questão ao STF. Segundo Cunha, a corte irá interpretar a questão como de "interna corporis", ou seja, algo que deve ser resolvido dentro do Legislativo.

Já há uma ação no STF sobre financiamento privado. A maioria dos ministros votou pelo fim das doações de empresas, mas o julgamento está parado desde 2014 por um pedido de vistas do ministro Gilmar Mendes.

A Câmara aprovou a inclusão na Constituição da permissão de doações de empresas com 330 votos a 141. O tema irá à segunda votação e depois segue para o Senado.

"Estamos muito habituados a lidar com aqueles que criticam a judicialização da política e buscam a judicialização para discutir fatos que eles perderam no voto", disse Cunha. "Aqueles que buscam o choro porque não tiveram atendidos os seus anseios e as suas ideologias [recorrem à Justiça]. Não é essa a maneira de se resolver os problemas", completou.

A declaração foi dada no Rio, onde o peemedebista discutiu mudanças na legislação para as Olimpíadas em 2016.

Um dia antes da votação, na terça, a proposta apoiada por Cunha — muito semelhante a da quarta — havia sido rejeitada pelos parlamentares.

Para reapresentar o assun-

to, Cunha teria quebrado um acordo que previa só uma votação sobre o tema, reclamação que ele também chamou de "choro de derrotados".

Na avaliação da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros), a reapresentação do assunto na quarta após a derrota da terça foi uma "manobra" inconstitucional.

A entidade também criticou o conteúdo da proposta. "É o pior modelo que poderia ter sido aprovado, pois o financiamento será concentrado nos partidos, dificultando o controle e tornando o processo de doação menos transparente", disse o presidente da AMB, João Ricardo Costa.

NANICOS

Cunha disse que pretende colocar na pauta da reforma política projetos de mudança na lei eleitoral para reduzir tempo de televisão e o acesso ao Fundo Partidários por legendas pequenas.

Seriam, segundo explicou, projetos de lei infraconstitucionais, ou seja, que não alteram a Constituição e que dependem de número menor de votos para ser aprovado.

Segundo ele, coligações só deveriam adicionar tempo de TV ao candidato nas eleições majoritárias, não para todo o partido. (LUCAS VETTORAZZO)

**“É o pior modelo que poderia ter sido aprovado, pois o financiamento será concentrado nos partidos, dificultando o controle e tornando o processo menos transparente**

JOÃO RICARDO COSTA  
presidente da AMB



30 MAI 2015

# FOLHA DE S. PAULO

## Litígio estrutural

OSCAR VILHENA VIEIRA

Em vez de sentenças  
terminativas, os tribunais  
devem criar condições para  
a construção de soluções

O PSOL protocolou nesta semana uma ambiciosa ação judicial perante o Supremo Tribunal Federal.

Seu objetivo não é obter a declaração da inconstitucionalidade de uma lei ou de um ato jurídico específico. Sua meta é ver superada uma situação de sistemática afronta a preceitos fundamentais da Constituição, no âmbito do sistema carcerário brasileiro. Nas palavras de Daniel Sarmiento, subscritor da ação, um verdadeiro “estado inconstitucional de coisas”.

As acusações são graves.

A primeira delas é de superlotação. Conforme dados do próprio Ministério da Justiça, são mais de 560 mil presos para cerca de 350 mil vagas. Logo, há um déficit de mais de 200 mil vagas.

Outro problema é a quantidade desproporcional de presos provisórios; 41% da população carcerária é composta por pessoas aguardando julgamento, o que demonstra um limitado acesso à defesa, bem como uma falta de cuidado dos juízes na decretação dessas prisões.

Condições degradantes, insalubres e desumanas foram detectadas pela CPI do Sistema Prisional, pelo Subcomitê contra a Tortura da ONU e pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Com isso também parece concordar a maioria dos ministros do Supremo. Basta analisar seus votos em inúmeros habeas corpus.

Poucos são os estabelecimentos que oferecem trabalho ou que separam presos em função de periculosidade ou primariedade. O mais co-

mun é que os presos sejam separados em função de uma eventual afiliação às diversas facções criminosas. Nesse sentido, o sistema penitenciário parece ter se tornado uma espécie de sociedade de economia mista, onde o crime organizado é sócio majoritário.

Ações semelhantes foram propostas em países como Argentina, Colômbia, África do Sul — e para não dizerem que se trata de uma invenção terceiro-mundista —, Itália e Estados Unidos. Os resultados podem ser considerados razoavelmente positivos na “desestabilização” dessas práticas violadoras. Se o Judiciário não é capaz de resolvê-las, pode romper a inércia e colocar os demais Poderes para trabalhar.

Em 2011, a Suprema Corte dos Estados Unidos, no caso *Brown versus Plata*, determinou que o Estado da Califórnia liberasse 46 mil presos de menor periculosidade, após um litígio que tomou mais de duas décadas nos tribunais inferiores. Para a Suprema Corte, a manutenção desses presos num sistema superlotado e sem as devidas condições sanitárias configurava a imposição de “pena cruel e pouco usual”, o que não é aceitável constitucionalmente.

O cuidado nesse tipo de litígio de natureza estrutural é não demandar ou esperar que o Judiciário substitua a administração, escolhendo as políticas a serem levadas a cabo pelo Executivo. Ele não foi eleito para fazer essas escolhas ou pode ser punido por fazê-las equivocadamente.

Isso não significa, no entanto, que o Judiciário possa se omitir de sua função de garantir direitos e exigir o estrito cumprimento da lei. Não se trata de “ativismo”, mas de obrigação funcional.

O segredo parece estar na natureza da prestação jurisdicional. Em vez de sentenças peremptórias e terminativas, os tribunais devem estabelecer as condições impositivas para a construção de soluções, monitorá-las e, quando necessário, punir os recalitrantes.

# PF investiga ameaças contra ministro que conduz inquéritos

Supremo identificou autor de mensagem com ofensas e pediu à polícia para apurar motivação das ameaças

Procurador-geral da República teve a segurança reforçada depois que sua casa em Brasília foi arrombada

GABRIEL MASCARENHAS  
DE BRASÍLIA

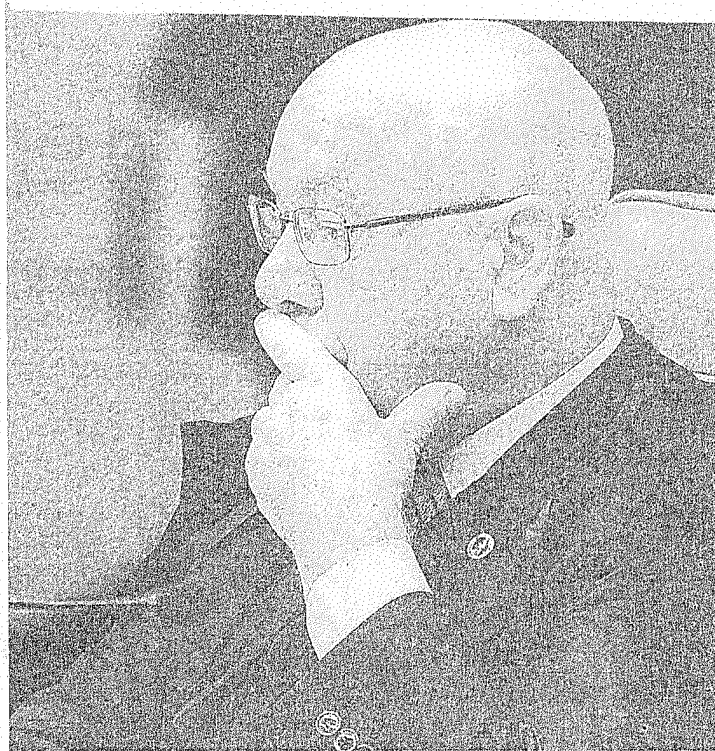
Relator dos inquéritos sobre os políticos suspeitos de envolvimento com o esquema de corrupção descoberto pela Operação Lava Jato na Petrobras, o ministro do Supremo Tribunal Federal Teori Zavascki sofreu ameaças há aproximadamente um mês.

A intimidação ocorreu em mensagem enviada por e-mail. A equipe de seguranças do Supremo identificou o autor do texto, cujo nome está sendo mantido em sigilo, e enviou um relatório à Polícia Federal. O caso foi encaminhado diretamente ao diretor-geral, Leandro Daiello.

A PF está investigando o ocorrido e, no primeiro momento, tenta saber a motivação do responsável pela mensagem. O inquérito ficará a cargo da Superintendência da PF no Distrito Federal.

No e-mail, o emissor usa palavras para constranger e ofender o ministro. O texto, no entanto, não faz referência à Lava Jato nem a nenhum outro processo específico.

Como relator dos inquéritos sobre políticos, Zavascki conduz investigações sobre 51 pessoas no Supremo, incluindo os presidentes da Câ-



O ministro Teori Zavascki, que conduz a Lava Jato no STF

mara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), e do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL).

Procurado, o STF informou por meio de sua assessoria de imprensa que não comentaria o episódio das ameaças. A assessoria destacou apenas que o tribunal monitora a segurança de todos os ministros da corte e que não há registros de riscos contra eles.

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, passou por uma situação semelhante há cerca de três meses, poucos antes de apresentar

ao STF os pedidos de abertura de inquérito para investigar os políticos.

O Ministério da Justiça informou o procurador, em fevereiro, que haviam sido detectados sinais de risco à sua integridade física. Desde então, a segurança permanente de Janot foi reforçada.

Um mês antes do alerta feito pelo Ministério da Justiça, a casa do procurador-geral em Brasília foi arrombada. Na ocasião, os bandidos levaram somente o controle remoto do portão eletrônico do imóvel.

31 MAI 2015

## FOLHA DE S. PAULO

 tiroteio

*É razoável o STF esperar que o Congresso delibere antes de voltar a julgar a ação. É positivo que o Legislativo vote esses temas.*

DE JOSÉ DIAS TOFFOLI, presidente do TSE e ministro do STF, sobre a Adin que visa proibir financiamento privado de campanha, mantido pela Câmara.

01 JUN 2015

## FOLHA DE S. PAULO

# Regalias supremas

Em descompasso com a realidade, STF prepara projeto que torna Justiça mais cara e reforça lista de mordomias dos juízes

Se entre as virtudes desejáveis num juiz se destacam a sabedoria e a prudência, causa espécie que nenhuma delas apareça na proposta de Estatuto da Magistratura que o Supremo Tribunal Federal prepara para substituir a Lei Orgânica da Magistratura (Loman), de 1979.

O STF falta com a prudência ao propor, num momento de duro ajuste das contas públicas, um Poder Judiciário maior, mais caro e menos sujeito a controles de produtividade e eficiência.

Como mostrou reportagem desta **Folha**, o projeto em gestação fixa a proporção de 1 desembargador para cada 4 juízes de primeira instância, o que implicaria, logo de início, a criação de 834 vagas de magistrados de segunda instância. No instante seguinte, viriam o exército de servidores e as mordomias associados a esses cargos.

Além disso, a proposta falta com a sabedoria ao advogar por uma série de benesses e privilégios para os magistrados que não apenas irritam a opinião pública como ainda conspiram para tornar o país menos republicano.

A lista de desfeitas é quase inesgotável. Começa com a surreal sugestão de que magistrados recebam até 17 salários por ano, continua com as promoções salariais

automáticas quando o profissional se casar e tiver filhos, passa pela concessão de auxílios para que togados e seus familiares estudem e termina de forma bizarra com o funeral dos juízes, que também seria custeado pelos cofres públicos.

Pretende-se ainda proibir que magistrados sejam interrogados por quaisquer autoridades que não outros magistrados de mesmo nível hierárquico ou superior e, talvez descontente com a lista de regalias domésticas, o Supremo cogita de dar a todos os juízes passaportes diplomáticos sempre que viajarem a serviço, a fim de que não tenham de passar por grandes filas nos aeroportos de outros países.

“Crème de la crème”, um dos ministros pretende que os reajustes nos vencimentos do Judiciário deixem de ser decididos pelo Legislativo e se tornem prerrogativa do STF, que teria a missão de perseguir a devida “valorização institucional da magistratura”.

É evidente que magistrados, como ocorre em todas as democracias, devem receber bons salários. Mas é igualmente evidente que não devem constituir categoria superior à de outros cidadãos.

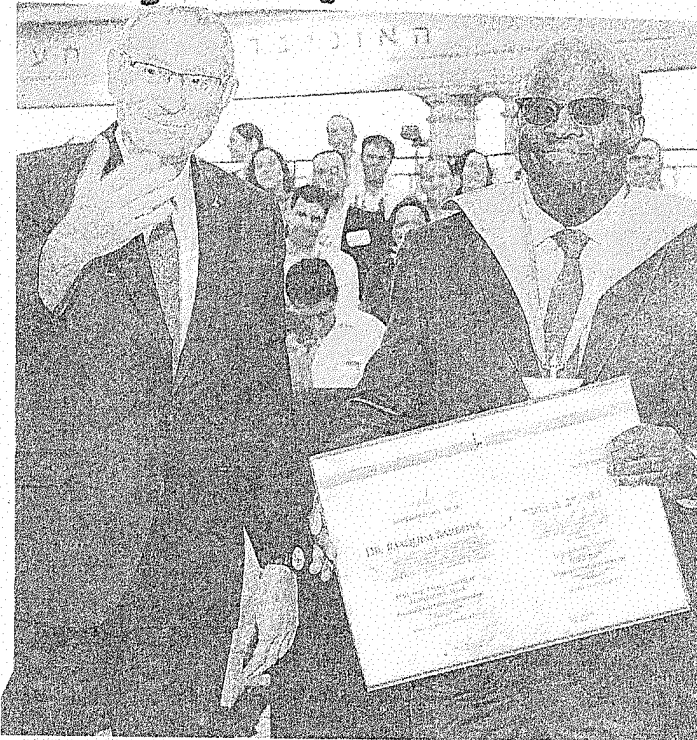
Se esses exageros de fato se materializarem na versão final do projeto, caberá aos parlamentares rechaçá-los. Outra providência sábia seria retirar da Constituição o mecanismo que dá ao STF a prerrogativa exclusiva de propor o Estatuto da Magistratura. Pelb que se conhece da natureza humana, é tentação demais até para os juízes.

01 JUN 2015

# FOLHA DE S. PAULO

## Política virou 'coisa desagradável', diz Barbosa

Ex-ministro do STF recebe título de doutor em Israel e diz que vida pública não o encanta



Joaquim Barbosa recebe título de universidade hebraica

DANIELA KRESCH

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, EM JERUSALÉM

Em Israel para receber o título de doutor honoris Causa da Universidade Hebraica de Jerusalém, outorgado neste domingo (31), o ministro aposentado do (STF) Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa disse que “política no Brasil se tornou uma coisa desagradável”.

Vem dessa avaliação sua falta de vontade para disputar cargos eletivos. “Nada em vida pública me encanta mais”, afirmou Barbosa, cujo nome é citado como possível candidato a presidente.

Para ele, que se tornou célebre com o julgamento do mensalão, o país “aprendeu muito” com o escândalo.

A eclosão do mensalão completa dez anos no próximo sábado (6). Nesse dia, em

2005, a **Folha** publicou entrevista em que o então deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) revelou o esquema.

“No Brasil, operadores do sistema de Justiça têm mecanismos de defesa. Juizes têm garantias de independência muito forte. O Ministério Público também, sem interferência de governo”, disse.

Barbosa, no entanto, se recusa a falar sobre o julgamento: “Isso é coisa do meu passado. Agora estou em outra”.

Barbosa contou não acompanhar as apurações da Operação Lava Jato, sobre desvios de recursos na Petrobras.

Disse, porém, não acreditar que o mensalão teria tido um final diferente caso houvesse tantos casos de delação premiada como ocorre hoje. “São momentos diferentes.”

Questionado sobre eventual punição de presidente da República, Barbosa afirmou: “Até agora, pelo que eu sei, não há nada que envolva a atual presidente”.

Em uma crítica ao PT, ele afirmou que o partido não é mais partido de metalúrgicos. “As pessoas entram no poder, gostam disso e não querem largar mais”, disse.

O ministro aposentado, que deixou o cargo no Supremo em 2014 após 11 anos; afirmou que os críticos do Judiciário “esperneiam”, mas não vão conseguir que ele não cumpra o papel de vigia do poder.

“Existem instituições que são permanentes, independentem de quem esteja ali no momento político e assume o poder temporariamente. Ele tem que ser vigiado”.

Ele recebeu o título junto com o ex-presidente de Israel Shimon Peres, o ministro das Relações Exteriores da Alemanha, Frank Steinmeier, e o presidente do Museu do Holocausto, Avner Shalev.

01 JUN 2015

# FOLHA DE S. PAULO

## PAINEL

**Sem toga** O STF vai esticar o feriadão para a semana toda. Não haverá sessão plenária nem nas turmas. O presidente, ministro Ricardo Lewandowski, viajou para a Rússia, onde assina acordos de cooperação para o CNJ.

01 JUN 2015

# FOLHA DE S. PAULO

## Cunha promete votar redução da maioria penal já

### Presidente da Câmara quer aproveitar a eleição do ano que vem para promover referendo sobre a matéria

ANDRÉIA SADI  
DE BRASÍLIA

Em novo movimento de oposição ao governo federal, o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), disse neste domingo (31) que a Proposta de Emenda Constitucional que trata da redução da maioria penal será votada ainda neste mês.

Cunha quer ainda aproveitar a eleição de 2016 para propor referendo sobre o tema.

O texto em discussão visa reduzir a maioria penal de 18 para 16 anos.

A proposta recebeu o aval da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara em março e seguiu para comissão especial que elaborará relatório para votação em plenário.

Segundo Cunha, a comissão especial deve concluir o trabalho até 15 de junho. Ele diz que, imediatamente, levará a questão ao plenário.

O governo Dilma Rousseff é contrário à medida.

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, disse à Folha neste domingo que a aprovação do projeto será “desastrosa” e um “desserviço” à segurança pública.

“No nosso entendimento jurídico, a questão da maioria penal é cláusula pétreia. Portanto, qualquer questão de redução, mesmo decidida por uma PEC [Proposta de Emenda Constitucional], é inconstitucional.”

O ministro disse que qualquer mudança aprovada sobre o assunto poderá ser levada à apreciação do Supre-

mo Tribunal Federal quanto à sua constitucionalidade.

Cunha afirmou à reportagem que o tema é “matéria da sociedade, não de governo”.

Pesquisa Datafolha em abril mostrou que 87% dos brasileiros são favoráveis à redução da maioria penal de 18 para 16 anos.

É o maior percentual já registrado pelo instituto, que avalia o tema desde 2003.

“Está comprovado que colocar jovens com adultos acaba dificultando a ressocialização. Não há nenhum estudo científico que mostre que a redução terá eficácia. Pelo contrário, a violência irá aumentar no Brasil se isso acontecer”, afirmou Cardozo.

Para Cunha, uma pessoa que pode votar aos 16 anos pode responder por crimes com a mesma idade.

“Se você dá a uma pessoa de 16 anos o poder de eleger o presidente da República, por que ele não pode ser responsável pelos seus atos? Ou muda a idade de quem vota ou muda responsabilidade.”

Contrário à redução, o deputado Alessandro Molon (PT-RJ) disse que Cunha tenta “mudar o assunto”, ao pautar a votação da PEC em meio a debate de reforma política.

Como se trata de PEC, Dilma não poderá vetar a medida se ela for promulgada pelo Congresso. O assunto precisa ser votado em dois turnos na Câmara e no Senado.

30 MAI 2015

GAZETA DO POVO

# Governo pede bloqueio de recursos de sindicato

Procuradoria quer garantir que APP-Sindicato pague multa de R\$ 1,24 mi pelos dias de greve. No mesmo dia, Defensoria requer do governo indenização de R\$ 5 milhões

Rodrigo Batista e  
Catarina Scortecchi,  
especial para a Gazeta do Povo

A Procuradoria-Geral do Estado entrou com uma ação no Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) na quinta-feira (29) pedindo o bloqueio de R\$ 1,24 milhão da conta da APP-Sindicato, entidade que representa os servidores da educação. A intenção é garantir que a instituição pague multa relativa aos 32 dias da segunda fase da greve dos professores. Um dia depois, a Defensoria Pública do Paraná (DPPR) ajuizou uma ação civil pública pedindo a condenação da esfera estadual por danos morais coletivos e pagamento de R\$ 5 milhões.

A PGE afirma na ação que "a conduta da categoria representa nítida afronta à autoridade da decisão proferida por este Tribunal de Justiça e

[...] impõe prejuízos irreparáveis à educação de milhares de estudantes". Além do bloqueio do recurso, a procuradoria pede ainda a obtenção de ordem judicial para impedir o repasse, à APP-Sindicato, dos valores descontados mensalmente dos professores filiados a título de contribuição.

O pedido foi encaminhado ao desembargador Luiz Mateus de Lima, na quinta-feira (28) porque foi ele quem concedeu ao governo estadual a liminar na qual declarava a greve irregular. No dia 27 de abril, quando a segunda fase da greve começou em todo o estado, Lima estabeleceu uma multa diária de R\$ 40 mil ao sindicato caso os educadores não voltassem às salas de aula. Também foi estabelecida uma multa diária de R\$ 500 ao presidente da entidade, Hermes Leão Silva.

A APP-Sindicato recorreu desta liminar logo em seguida, mas o recurso ainda não foi julgado pela 5.ª Câmara Cível do TJ. No entendimento da entidade, enquanto o recurso não é analisado, a multa não é devida.

Procurado pela reportagem no início da tarde de ontem, o diretor de Assuntos Jurídicos do sindicato, Mário Sérgio Ferreira de Souza, disse que ainda não tinha conhecimento do novo pedido do governo estadual, mas que a entidade certamente recorrerá contra qualquer decisão favorável à PGE.

## Danos morais

Na ação civil pública ajuizada pela Defensoria Pública contra o estado, além do montante de R\$ 5 milhões em danos morais, também é requisitado que o governo construa um monumento em memória ao confronto do dia 29 de abril.

O texto pede que o monumento esteja em local de propriedade do governo e próximo de onde ocorreu a "batalha do Centro Cívico". Na ocasião, cerca de 200 pessoas ficaram feridas, entre professores, funcionários de escolas, agentes penitenciários e outros servidores públicos, após uma reação desproporcional da PM durante um protesto contra a aprovação das mudanças na Paranaprevidência.

Conforme explica a defensora pública e coordenadora do grupo de trabalho de direitos humanos da DPPR, Camille Vieira da Costa, o comportamento da tropa na contenção dos manifestantes no dia 29 de abril foi inadequada e não seguiu os protocolos internacionais. De acordo com a defensora, o chamado uso progressivo da força, empregado pela PM do Paraná, deveria ter sido substituído por outro método, chamado Gestão Negociada, usado internacionalmente desde 1970.

**CONTINUA**



30 MAI 2015

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### CONTINUAÇÃO

A ação aponta uma série de erros na atuação da PM naquele dia, vários mostrados pela *Gazeta do Povo* ao longo do último mês.

Procurada pela reportagem, a PGE informou, por meio de nota, desconhecer o teor da ação e que “logo que tomar conhecimento da mesma adotará as medidas cabíveis.”

### PARALISAÇÃO

#### Pelo menos três escolas estaduais têm aulas em Curitiba

| Antonio Senkovski

¶ Pelo menos três escolas estaduais, das 163 que existem em Curitiba, estão funcionando. O levantamento foi feito pela *Gazeta do Povo* entre quinta-feira (28) e sexta-feira (29) por telefone. Nenhuma das três escolas que estão abertas e com quem a equipe teve contato estão funcionando integralmente.

A equipe ligou para 114 escolas estaduais de Curitiba. Em 25 estabelecimentos, as chamadas não foram atendidas. Nos 89 em que houve resposta, 22 alegaram estarem abertos, mas sem qualquer atividade. Nos outros 67, a informação foi que estavam fechados ou não autorizados a passar detalhes.

Entre as escolas em funcionamento na capital localizadas pela reportagem está o Colégio Especial Luiz Carlos de Paula e Souza, no Umbará. O local não repassou dados sobre quantos profissionais estão trabalhando. Na Escola Estadual Guilherme Pereira Neto, no Campo de Santana, também havia aulas, com um total de 78% dos professores em atividade. Completa a lista das escolas com professores nas salas de au-

la o Centro de Educação Básica para Jovens e Adultos (Ceebja) Lais Miqueloto, na Cidade Industrial de Curitiba (CIC), onde havia apenas dois professores trabalhando, de um total de 50.

#### Apelo

Com a greve ainda em andamento na maior parte das escolas, na sexta-feira (29) o governo do estado solicitou mais uma vez o retorno dos professores às salas de aula. Em nota, a secretária de educação, Ana Seres, diz que os pais devem entrar em contato com as escolas para verificar o funcionamento. “Temos casos de escolas abertas, mas que não funcionam totalmente porque os alunos não vão”, afirma a secretária em nota. O documento não detalha quantas escolas estão em condições de receber os alunos.

Em reunião na Secretaria de Educação do Paraná (Seed), mais uma vez o estado disse que vai descontar os salários dos professores. Segundo a pasta, “diversos processos administrativos já foram abertos em caso de insubordinação grave.” Mas não houve detalhamento quantos processos administrativos estão abertos e de quantos diretores já colocaram seus cargos à disposição.

Colaboraram: Cecilia Tumler de Carvalho e Lucas Prestes

### JUSTIÇA DO TRABALHO

O presidente da APP Sindicato, professor Hérnnes Leão, afirma que as medidas tomadas pelo governo para tentar fazer os professores voltarem à sala de aula é um ataque ao direito de greve. Segundo ele, a instituição pretende procurar a Justiça do Trabalho e os casos de desconto de salários serão acompanhados pelo jurídico da instituição sindical.

30 MAI 2015

# GAZETA DO POVO

## DIA DA CIDADANIA

**OAB promove**

**atendimento gratuito**

**à população em**

**Curitiba neste sábado**

A Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Paraná (OAB-PR) promove neste sábado (30) o Dia da Cidadania. Advogados voluntários passarão o dia esclarecendo dúvidas e dando orientação à população de 37 cidades do estado. Em Curitiba, o atendimento será das 9 às 17 horas, na Praça Santos Andrade, em frente ao prédio histórico da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Segundo a OAB-PR, além da consultoria, os advogados "irão distribuir materiais sobre questões relacionadas à defesa dos direitos humanos e sociais, igualdade de gênero, igualdade racial, criança e adolescente, idoso, refugiados e migrantes, acessibilidade, direito previdenciário, do trabalho, entre outros".

Em Curitiba, haverá também duas exposições fotográficas paralelas ao evento. O repórter fotográfico da **Gazeta do Povo** Brunno Covello retrata o tema "O Haiti é Aqui", que foi finalista do prêmio Fundação Conrado Wessel de Arte 2014. A outra mostra será do repórter fotográfico Leandro Taques.

### Outras cidades

O atendimento gratuito também ocorre em várias outras cidades do Paraná. Na Região Metropolitana de Curitiba, haverá eventos também em Araucária (Praça Rui Barbosa, das 9h30 às 13h) e em Campo Largo (Praça do Museu, das 9h às 15h).

## NOTA POLÍTICA

### Quase 15

A nova lista tríplice para escolha do novo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem dois paranaenses entre os três indicados. Os desembargadores federais Joel Ilan Paciornik e Fernando Quadros da Silva, ambos do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) concorrem à vaga deixada em aberto após a aposentadoria do ministro Ari Pargendler. Além dos dois magistrados, o desembargador federal Marcelo Navarro Ribeiro Dantas, do TRF da 5ª Região, também compõe a lista tríplice.

## WILSON DE ARAÚJO BUENO

// Lucio José Glomb evita falar do assunto. Mas fato é que ele se prepara para fazer o Caminho de Santiago de Compostela. Presidente do Instituto dos Advogados do Brasil e ex-presidente da OAB – PR, Glomb passará 35 dias na peregrinação. Ao final, reunir-se-á com a sua Sueli.

## COLUNA DO LEITOR

### Três poderes

As últimas movimentações da República mostram que, no Brasil, os poderes não são harmônicos nem independentes. O Executivo – embora tenha perdido algumas batalhas – é ainda o poder supremo no país. Indica ministros no Judiciário, quando esse é que deveria escolher seus membros. Também designa congressistas para ocupar cargos nos ministérios e compor interesses. Mas, na verdade, os parlamentares foram eleitos para cumprir seus mandatos. Judiciário e Legislativo ainda decidem sobre seus salários e benefícios e desorganizam os orçamentos. Eles jogam por terra qualquer possibilidade de um ajuste fiscal decente.

**Paulo Henrique Coimbra de Oliveira,**  
Rio de Janeiro - RJ

30 MAI 2015

# GAZETA DO POVO

» OPERAÇÃO SÃO LUCAS

## Dono de hospital e diretor de hemobancos estão entre os indiciados da PF

No horário em que deveriam cumprir expediente no Hospital de Clínicas, médicos trabalhavam em clínicas particulares

Felippe Anibal

O presidente do Hospital da Cruz Vermelha do Paraná, Jerônimo Antônio Fortunato Júnior, e o diretor de hemobancos em Curitiba, Paulo Tadeu Rodrigues de Almeida, estão entre os apontados como médicos “fantasmas” do Hospital de Clínicas (HC) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Eles e outros oito médicos foram indiciados por quatro crimes contra o serviço público na Operação São Lucas, deflagrada na última semana pela Polícia Federal (PF) e pela Controladoria-Geral da União (CGU). Segundo as autoridades, os dez indiciados não são contratados em regime de dedicação exclusiva, mas recebiam salário sem cumprir a carga horária para a qual são pagos. Juntos, os salários deles somam R\$ 117,1 mil por mês.

A *Gazeta do Povo* teve acesso à lista dos dez indiciados, contratados pela UFPR para prestar serviço no HC. O sigilo judicial das investigações foi derrubado no início da semana. Segundo a PF e a CGU, nos horários em que deveriam cumprir expediente no HC, os médicos indiciados atendiam em clínicas particulares. O índice médio de frequência do grupo não passava de 7%. Alguns nem sequer compareciam ao hospital.

Fortunato Júnior tem vínculo com a UFPR desde 1993, para atuar como médico do departamento de cirurgia torácica e cardiovascular, conforme consta de seu currículo Lattes. O Portal da Transparência aponta que ele é contratado para cumprir 20 horas semanais, a um salário de R\$ 4 mil ao mês. O médico mantém outros vínculos. Além da presidência da Cruz Vermelha, se divide entre as aulas na Universidade Positivo e os atendimentos como autônomo no Hospital Constantini — como faz constar na plataforma Lattes. Desde a última sexta-feira (22), a *Gazeta do Povo* tenta ouvi-lo. Foram feitos vários contatos no HC e

no Hospital da Cruz Vermelha. Na última tentativa, na tarde de quinta-feira (28), a secretária informou que ele não se manifestaria.

Já Paulo Tadeu Rodrigues de Almeida é contratado pela UFPR desde 1996, também para carga semanal de 20 horas, com remuneração mensal de R\$ 5,5 mil. Além do HC, o médico é apontado como responsável técnico do Instituto Paranaense de Hemoterapia e Hematologia (Hemobanco), além de ser diretor de bancos de sangue de hospitais particulares, como o Nossa Senhora das Graças e Pequeno Príncipe.

Por celular, Almeida negou que tenha sido indiciado na Operação São Lucas. O médico não quis responder a outras perguntas, entre elas sobre as unidades em que atua e se prestou depoimento à PF.

**CONTINUA**

30 MAI 2015

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

Outro indiciado, Emerson Luiz Neves também atende em clínicas particulares em Guapuava, a 220 quilômetros de Curitiba. Em uma delas, a Oncoclin, a secretária confirmou que ele cumpre expediente todas as terças e quartas-feiras. O contrato dele com a UFPR prevê carga de 20 horas semanais no HC, a um salário mensal de R\$ 6,5 mil. Segundo a secretária, não seria possível ouvi-lo porque ele viajou para participar de um congresso.

## CONTINUIDADE

### Polícia Federal e CGU aprofundam apuração do caso

A quantidade de médicos fantasmas do Hospital de Clínicas (HC) da Universidade Federal do Paraná (UFPR) pode ser bem maior que a lista de dez indiciados. A Polícia Federal (PF) e a Controladoria Geral da União (CGU) estão ampliando as investigações para outros médicos e funcionários do hospital. Para não comprometer as apurações, os órgãos têm evitado divulgar informações sobre os trabalhos em andamento. A **Gazeta do Povo**, no entanto, apurou que outros médicos e funcionários foram ouvidos.

Quando a Operação São Lucas foi deflagrada, no dia 22 de maio, a PF e a CGU informaram que os dez indiciamentos eram apenas o início dos trabalhos. As investigações haviam começado por esses médicos por serem os casos mais evidentes. Para apurar as fraudes, os órgãos cruzaram as folhas-ponto dos investigados com os registros das catracas do HC e com informações do Serviço de Informações Hospitalares (SIH), desde 2010. Os dados foram, ainda, confrontados com registros das clínicas particulares onde os médicos trabalham.

As investigações apontaram que alguns dos indiciados sequer compareciam ao HC. Outros chegavam a se apresentar ao hospital, mas não cumpriam o expediente.

A média de comparecimento deles, segundo a PF e a CGU, era de 7%.

Posteriormente, dizem as autoridades, os médicos fraudavam as folhas-ponto, indicando que cumpriam a carga horária integralmente. **(FA)**

## ALISTA

Veja quem são os médicos indiciados pela Polícia Federal na Operação São Lucas:

### Renato Valente de Almeida (setor de Nefrologia)

Contratado pela UFPR desde 1998 para atuar no período de 20 horas semanais no setor de Nefrologia do HC, por um salário mensal de R\$ 5,5 mil. Trabalha em pelo menos duas clínicas particulares em Curitiba. Em uma delas, o Centro de Doenças Renais, ele atende às quartas e sextas-feiras. A reportagem tentou ouvi-lo por meio dos consultórios, mas ele não retornou as ligações.

### Mário Luiz Luvizotto (Nefrologia)

É professor da UFPR e atua no setor de Nefrologia do HC. Para isso, ganha R\$ 18,5 mil por mês. Também presta serviços em pelo menos duas instituições particulares: o Instituto do Rim do Paraná e o Centro de Nefrologia Nações. A reportagem tentou ouvi-lo, mas as clínicas informaram que o médico está fora do país e que não seria possível localizá-lo.

### Paulo Tadeu Rodrigues de Almeida (Clínica médica)

É contratado pelo HC desde 1996, por um salário mensal de R\$ 5,5 mil. É apontado como responsável técnico do Hemobanco e diretor de bancos de sangue de hospitais particulares. À reportagem, negou que tenha sido indiciado, mas não quis responder outras perguntas.

CONTINUA

30 MAI 2015

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### **Jorge Alberto Ledesma (Radiologia)**

Mantém contrato com a UFPR desde 1996. Atualmente, para cumprir carga de 40 horas semanais no HC, recebe R\$ 13,1 mil. Integra o corpo clínico de outros hospitais, como o Pequeno Príncipe (onde é diretor técnico do centro de imagem) e Santa Casa de Misericórdia de Curitiba. A reportagem tentou contato com ele por celular, mas ele não atendeu às ligações nem respondeu os recados deixados na caixa postal.

### **Luiz Pedro Pizzato (Radioterapia)**

É médico do HC desde 1985, contratado para 40 horas semanais, a um salário de R\$ 20,1 mil. A reportagem não conseguiu meios de contato com ele.

### **Marcelo de Araújo Cosen-dey (setor não informado)**

Contratado em 1989, tem carga horária semanal de 40 horas, com salário mensal de R\$ 23 mil. Também é professor do curso de Medicina da Universidade Positivo. A reportagem não conseguiu contato com ele. A assessoria de imprensa da universidade também não pôde localizá-lo.

### **Emerson Luiz Neves (setor não informado)**

O contrato com a UFPR prevê expediente de 20 horas semanais. Recebe R\$ 6,5 mil como salário. Além de atuar no HC, atende em clínicas particulares em Guarapuava, no Centro-Sul do estado. A reportagem não conseguiu localizá-lo.

### **Carlos Edson Scheide-mantel (Ginecologia)**

Contratado desde 2008, para 40 horas semanais no HC, onde recebe R\$ 3,4 mil. Também atende em sua própria clínica particular, no bairro Mercês. Ele não deu retorno aos recados deixados com a secretária.

### **Katia Regina Vieira Fon-teles (Radiologia)**

Médica do HC desde 1996, tem de cumprir carga semanal de 40 horas, a um salário de R\$ 16,9 mil por mês. A reportagem não conseguiu meios de contato com ela.

### **Jerônimo Antônio Fortu-nato Júnior (Cirurgia car-diovascular)**

Contratado pela UFPR desde 1993, para integrar equipe médica do HC, com salário de R\$ 4 mil. Além disso, é presidente do Hospital da Cruz Vermelha do Paraná e professor da Universidade Positivo. A secretária informou que ele não se manifestaria.

## No HC, clima é de apreensão pela investigação

¶ A semana seguinte à divulgação dos primeiros resultados da Operação São Lucas foi de expectativa entre os servidores do HC. A *Gazeta do Povo* visitou a unidade e o tom é quase unânime: eles acreditam que haverá mais pessoas indiciadas.

“O fato não nos surpreendeu. O que surpreendeu foi a Operação [São Lucas], porque a gente achava que não tinha ninguém cuidando dos horários da ‘máfia branca’”, disse uma servidora. “Se for pegarto do mundo, vai ter muita gente enrolada”, completou.

O fluxo de médicos no hospital na segunda-feira (25) impressionou os funcionários ouvidos pela reportagem. O movimento nos corredores dava a entender que o expediente transcorria dentro da normalidade. Os servidores, no entanto, diziam que nem sempre foi assim. “Nunca se viu tanto médico aqui no HC”, disse uma funcionária administrativa. “Tem setor em que a gente nunca viu o médico. Até os seguranças do estacionamento estão impressionados com o número de carros [de médicos] que aparecem”, disse uma enfermeira.

Por meio de sua assessoria de imprensa, o diretor do HC, Flávio Daniel Tomasich, disse que não se manifestaria sobre a Operação São Lucas e seus desdobramentos. A Associação Médica do Paraná, por sua vez, defendeu punição aos envolvidos, em caso de comprovação. “Toda profissão tem profissionais que podem se desvirtuar. Defendemos as investigações e, se as acusações forem comprovadas, que os responsáveis sejam punidos. Além disso, temos o Conselho Regional de Medicina do Paraná (CRM) que pode investigar e, se preciso, até cassar o diploma dos médicos”, disse o presidente da instituição, João Carlos Baracho. O CRM-PR disse que só vai se manifestar após ter acesso ao conteúdo das investigações.

## EMAÇÃO

Todos os indiciados continuam trabalhando. A PF pediu à Justiça o afastamento deles, mas a solicitação foi negada. Os médicos responderão por estelionato, falsidade ideológica, abandono de função pública e prevaricação.

30 MAI 2015

# GAZETA DO POVO

## LavaJato bloqueia R\$ 137 milhões de empreiteira

A Justiça Federal determinou o bloqueio de R\$ 137,52 milhões em bens da Mendes Júnior Participações S/A e da Mendes Júnior Trading e Engenharia S/A, alvos da Operação Lava Jato, que investiga atos de corrupção na Petrobras.

A medida atinge também o ex-vice-presidente executivo da empresa Sergio Cunha Mendes e o ex-vice-presidente corporativo Ângelo Alves Mendes, além de Rogério Cunha de Oliveira, Alberto Elísio Vilaça Gomes e José Humberto Cruvinel Resende, todos ex-funcionários do grupo.

As informações foram divulgadas nesta sexta-feira (29) pela Procuradoria da República no Paraná, base da Lava Jato.

A ação do Ministério Público Federal visa o bloqueio de parte dos valores desviados da Petrobras, em contratos com empresas do grupo Mendes Júnior e que teriam sido pagos a título de propina a agentes públicos relacionados à diretoria de Abastecimento da estatal, na época sob comando do engenheiro Paulo Roberto Costa — réu e primeiro delator da Lava Jato.

Segundo a Procuradoria da República, os valores indisponíveis correspondem a 1% do total dos contratos firmados entre as empresas e a Petrobras no período — cerca de R\$ 34 milhões —, além de multa civil de três vezes o valor do acréscimo patrimonial indevido.

Segundo a decisão da Justiça Federal, as provas apresentadas na medida cautelar confirmam que “em todos os contratos celebrados com as empresas cartelizadas havia o acerto de pagamento de propina de 1% do valor total dos contratos ao então diretor Paulo Roberto Costa”.

O despacho tem caráter liminar e é de garantia, ou seja, no momento não haverá alienação de bens, destinação imediata dos valores objeto da indisponibilidade e a medida não atingirá o capital de giro das empresas.

Os réus da ação civil pública de improbidade administrativa têm até 15 dias para apresentarem em juízo bens livres e desimpedidos passíveis de constrição judicial.

# GAZETA DO POVO

ALBERTO DINES

*Estado corrupto  
e estado violento:  
a conjunção*

30 MAI 2015

**H**ora de mudar hábitos e trocar rotinas: acostumados a acompanhar os escândalos nas páginas de política, a violência urbana no noticiário local e os desmandos no futebol nos cadernos de esporte, agora se tornou impossível escapar do confronto com a totalidade.

Estamos condenados ao holismo, não há alternativas: o tamanho e concomitância das nossas desgraças nos obriga a encará-las como aberração única, expandida e integrada. A complacência e, sobretudo, a impunidade colocaram ao lado do gigante adormecido outro gigante, desperto e esperto que maliciosamente juntou num único pacote aquilo que por comodismo sempre tratamos de forma descuidada e fragmentada.

Os assombrosos resultados da Operação Lava Jato, o pavoroso crescimento da delinquência nas ruas e, agora, o encarceramento na Suíça de um dirigente máximo do nosso futebol não são ficções, esta consolidação dos ilícitos não é casual, não estamos nos capítulos finais de uma telenovela com pretensões planetárias nem diante de uma fábula catastrofista.

A realidade, ela sim, assume conotações apocalípticas porque perversamente nos distrai com querelas secundárias — maioria penal, distritos eleitorais, shopping no parlamento etc. — e nos faz esquecer de mazelas descomunais: o presidente da Câmara dos Deputados assim como o seu colega, presidente do Senado e chefe do Legislativo, não têm no momento legitimidade para propor, debater e votar emendas à Constituição. Incluídos nas investigações conduzidas pela Procuradoria-Geral da República, no chamado petrolão, estão sob suspeita.

Em sociedades onde impera a decência e a compostura, incriminados em qualquer ação de improbidade se afastam voluntariamente de funções onde sua atuação possa ser eventualmente questionada. Aqui, ao contrário, a praxe é agarrar-se ostensivamente ao poder até como prova de inocência. E, assim, assistimos impassíveis ao deprimente espetáculo — digno do Coliseu Romano — de uma Carta Magna sendo emendada por representantes do povo com idoneidade ainda não comprovada.

Normal, ninguém estrila ou esperneia. A sociedade se esgoela na discussão sobre a maioria penal enquanto alguns cidadãos encanecidos sentem-se no direito de gozar de imunidades indevidas.

A impunidade é o cimento que junta os malfeitores da Petrobras com os delinquentes de rua e a bandidagem que rodeia os gramados de futebol. A extrema elasticidade na punição de certos pecados, ao longo dos séculos criou uma sociedade desatenta às infrações, conivente. O fenômeno da cartolagem não se restringe ao âmbito do nobre esporte bretão, todos se consideram imunes e inimputáveis, certos de seus privilégios.

Além de vulneráveis à tempestade perfeita na esfera socioeconômica estamos sendo convocados para uma tarefa urgente, inédita, no âmbito moral e político: o despertar para as dimensões do fenômeno sem colocar em risco o sistema que escolhemos para viver: a legalidade democrática.

O Estado corrompido é naturalmente violento. Nosso desafio é acabar com a causa e com o efeito, sem ferir o paciente. Coisa de adultos.

Alberto Dines é jornalista.

# O pior da reforma não passou, diz juiz

André Gonçalves

## ENTREVISTA

Márlon Reis, juiz eleitoral e líder da Coalizão pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas.

**U**m dos principais articuladores da Lei da Ficha Limpa e líder da Coalizão pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas, o juiz eleitoral Márlon Reis viu aspectos positivos nas votações da reforma política na Câmara dos Deputados. Segundo ele, ao não conseguirem aprovar significativas mudanças constitucionais, os parlamentares abriram espaço para a discussão do projeto de iniciativa popular defendido pelas 114 entidades que compõem a coalizão. Dentre elas, a Ordem dos Advogados do Brasil e a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil.

“A minha leitura é tão positiva porque acho que, agora, o único projeto de reforma política que sobrou foi o nosso. Nós estamos agora com a única alternativa de reforma em mãos”, diz Reis. A proposta do grupo é dividida em quatro pontos: proibição do financiamento de campanha por empresas e incentivo às doações de pessoas físicas, eleições proporcionais em dois turnos, paridade de gênero nas disputas para deputado e vereador e fortalecimento dos mecanismos de democracia direta. O texto ainda está em fase de coleta de assinaturas, antes de ser remetido ao Congresso.



**Qual é o resumo das votações sobre a reforma política na Câmara?**

A demonstração de que a Câmara continua não disposta a fazer mudanças positivas na legislação eleitoral. Por outro lado, há questões que considero positivas. Em primeiro lugar, se impediu um grave retrocesso, uma grande violência contra a democracia brasileira, que seria a aprovação do “distritão” [sistema de eleição para deputado e vereador pelo qual os mais votados nos estados seriam eleitos, independentemente dos

partidos]. Também assistimos a uma luta desesperada para manter as doações eleitorais de empresas. Em uma noite, os deputados rejeçaram a constitucionalização das doações para partidos e candidatos e no dia seguinte aprovaram só para partidos. Foi uma manobra mal feita, que abriu margem para a decisão ser questionada por 63 deputados no Supremo Tribunal Federal.

**CONTINUA**



**A reforma até agora é uma vitória ou uma derrota do presidente da Câmara, Eduardo Cunha?**

Ele teve algumas derrotas importantes, como a rejeição do "distritão" e da ideia do financiamento de empresas a candidatos. Esses subterfúgios para mudar a primeira votação sobre a doação de empresas causaram um estrago enorme a ele perante a opinião pública.

**No fundo, o que Cunha e os deputados realmente queriam era constitucionalizar as doações de pessoas jurídicas e o resto era cortina de fumaça?**

O "distritão" era um projeto importante, mas não tão importante quanto manter as bases atuais de financiamento, que foi o que assegurou a eleição da maioria dos parlamentares que estão aí, incluindo Eduardo Cunha. Não foi à toa que houve tanto desespero para reverter a primeira decisão.

**Há chance de, em algum momento, deputados e senadores aprovarem algo que possa comprometer suas reeleições?**

Com a composição que a Câmara tem hoje, o negócio é torcer para que não aconteçam mudanças significativas na Constituição. Nossa expectativa é que as balizas constitucionais sejam mantidas. O plano agora é brigar via legislação infraconstitucional, por meio do nosso projeto de iniciativa popular de reforma política democrática e eleições limpas. Vale destacar que momentos de crise, como a que vivemos hoje, não são os mais adequados para promovermos alterações na Constituição.

**Então há o que comemorar?**

Nós estamos comemorando a não alteração do sistema eleitoral. É preciso comemorar porque o sistema mudaria para pior. Se o mandato de segurança para derrubar a votação da constitucionalização das doações de empresas tiver efeito no STF, melhor ainda. A meu ver, a sociedade ganha um tempo para fazer uma reforma como ela deseja. O que está em discussão na Câmara não leva em consideração esses desejos. Alguns pontos, como o fim da reeleição, são meramente secundários.

**O fim da reeleição é algo positivo?**

Na verdade, há muitos segmentos que consideram positivo. Mas, isoladamente, não pode ser considerado uma reforma política. E, confesso, não acredito que tenha sido uma intenção espontânea de melhorar o sistema. O aumento da transparência dos partidos, do caráter programático das disputas eleitorais em detrimento do individualismo, da adoção de um financiamento cidadão é que fariam diferença.

**Há espaço para, superada a votação atual, emplacar o projeto de iniciativa popular?**

A minha leitura é tão positiva porque acho que, agora, o único projeto de reforma política que sobrou foi o nosso. Nós estamos agora com a única alternativa de reforma em mãos. Temos um bom diálogo com o Congresso. É hora de fazer a nossa parte.

31 MAI 2015

# GAZETA DO POVO

## O QUE VEM NA SEMANA

### NOVIDADE Colunistas do Justiça & Direito estreiam nesta segunda-feira

Nesta segunda-feira (dia 1º), o caderno **Justiça & Direito** da Gazeta do Povo estreia uma nova seção no site ([www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/justica-e-direito/](http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/justica-e-direito/)), que passa a ter como colunistas alguns dos mais renomados juristas do Paraná e do Brasil. As colunas serão quinzenais ou mensais, de acordo com a disponibilidade de cada autor. A proposta é utilizar o espaço da internet para aproximar os leitores de juristas influentes, de diferentes áreas. Os textos vão tratar de diversos temas, sempre relacionados ao direito. Os autores vão escrever tanto sobre teorias que estudam quanto sobre a experiência que têm na prática profissional. Os colunistas são: Anderson Furlan, Clèmerson Merlin Clève, Egon Bockmann Moreira, José Augusto Araújo de Noronha, Marçal Justen Filho, René Ariel Dotti, Rodrigo Chemim Guimarães, Teresa Arruda Alvim Wambier e Vera Karam de Chueiri.

### SEXTA-FEIRA Justiça & Direito

A Lei Orgânica da Magistratura (Loman) deve passar por uma revisão e o projeto, que está sendo elaborado pelo STF, prevê mais benefícios para a magistratura, como o direito a diversos auxílios, além do moradia, que hoje já lhes é pago. Os poderes do Conselho Nacional de Justiça (CNU) também poderão ser alterados de acordo com o projeto e o órgão pode perder o direito de fiscalizar juizes.

### BESSA

#### Ao mestre, com carinho

O advogado e professor Mansur Teophilo Mansur será homenageado na próxima terça-feira pelo Centro Universitário Curitiba (UnicuriTiba) pelos seus 47 anos de magistério na instituição. A homenagem, a partir das 18 horas, no Bloco E do Câmpus Milton Viana Filho, deverá mobilizar a classe jurídica da capital.

### CELSO NASCIMENTO

#### O preço da guerra 1

Nunca antes se imaginou que o Paraná estivesse tão bem preparado para uma guerra de verdade. Mas agora vem a confirmação de que nossas forças policiais – para as quais de vez em quando falta gasolina ou oficina para mover viaturas – são mais poderosas do que se pensava. Por meio de um ofício assinado pelo comandante-geral da Polícia Militar, coronel Tortato, como resposta ao Ministério Público de Contas, os paranaenses tomam conhecimento do nosso poderio de fogo.

#### O preço da guerra 2

O ofício contabiliza os gastos em dinheiro, o contingente de militares e o arsenal utilizado na operação do dia 29 de abril – a Batalha do Centro Cívico (não confundir com a Batalha de Itararé, que não houve). Ficou-se sabendo que o custo foi de quase R\$ 1 milhão; que foram empregados 2.516 policiais (855 trazidos do interior); e que a PM tinha 3.761 munições à disposição (balas de borracha, bombas e sprays de pimenta). A carga levada ao teatro da guerra dava para disparar 20 balas e 11 bombas por minuto.

#### O preço da guerra 3

A partir do ofício da PM, é possível saber que cada manifestante custou aos cofres públicos R\$ 47. Se o cálculo levar em conta apenas o número de feridos (213), o custo por vítima sobe para R\$ 4.430 – valor equivalente a um auxílio-moradia pago a juizes, promotores e conselheiros. Parte do prejuízo pode ser recuperado: policiais que não comeram tudo o que podiam terão de devolver parte de suas diárias. O governo também pediu à Justiça o confisco de R\$ 1,2 milhão das contas da APP-Sindicato, condenado a pagar multa de R\$ 40 mil por dia de greve contada até sexta-feira.

# GAZETA DO POVO

MÍRIAM LEITÃO

## Aruaéboa

**O** ano está tenso, as notícias são desencontradas e negativas. Nesse ambiente, a palavra clara da ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, desanuvia e simplifica. Ela acha que as manifestações de rua este ano foram necessárias, diz que ainda quer, aos 61 anos, o que queria aos 16: “não mudar do Brasil, mas mudar o Brasil.” Acha que ministros do Supremo deveriam ter mandato e critica o marketing político.

A defesa de que os ministros de tribunais superiores tenham mandato vem de uma conta simples, que ela me fez quando saíamos do seu gabinete, após gravar a entrevista para a Globonews: “Uma pessoa que seja escolhida aos 35 anos, idade mínima para ser ministro do Supremo, pode ficar até os 75 anos. Isso são 40 anos, dez mandatos presidenciais. É poder demais.”

Ela diz que continua convencida de que na República todo poder deve ser temporário. Por isso, acha que, em algum momento, deveria ser discutida com a sociedade a possibilidade de mandatos fixos no Supremo.

O marketing da presidente Dilma Rousseff em 2014 acusou os adversários de pretender fazer o que ela acabou fazendo, além de outras ofensas. Diante disso, perguntei à ministra o que a Justiça eleitoral pode fazer para impedir que o marketing manipule o eleitor.

Ela disse que a política precisa voltar a ser “a pessoa na polis”. No marketing, a pessoa diz o que o eleitor deseja ouvir, não o que ele tem condições de fazer. Contou que a palavra candidato vem de Roma, quando a pessoa que queria representar os interesses dos plebeus tinha que atravessar a rua trajando apenas um manto branco, “cândido”, que deixava parte do corpo à mostra. Era uma forma de dizer que não tinha nódoa moral e não mentiria física ou moralmente.

“Quando o marketing faz uma propaganda do que acha que o eleitor quer ouvir, ele faz uma fraude eleitoral. Temos que evitar que o marketing crie figurações que permitam ao candidato não levar adiante seus compromissos. A pessoa precisa se mostrar verdadeiramente”, diz a ministra.

31 MAI 2015

**“A ministra Cármen Lúcia diz que continua convencida de que na República todo poder deve ser temporário. Por isso, acha que, em algum momento, deveria ser discutida com a sociedade a possibilidade de mandatos fixos no Supremo Tribunal Federal.”**

Ministra Cármen Lúcia defende que ministros do Supremo Tribunal Federal tenham mandato fixo.

Ela critica o marketing político e avalia que as manifestações de rua deste ano foram necessárias.

Justiça brasileira precisa se transformar, para que seja mais célere e atenda aos desejos dos cidadãos.

Ela própria escolheu um caminho simples quando foi se apresentar ao Senado para a sabatina. Deu aula de manhã na PUC de Belo Horizonte, foi para Brasília, pegou um táxi e foi ao Senado dizer quem era e responder aos senadores.

Este ano começou com fortes manifestações de rua contrárias ao governo e à corrupção. A ministra Cármen Lúcia define os atos como “necessários”: “A nossa geração foi para as ruas. Não seria eu, que corri na Álvaro Cabral, que iria achar que ficando em casa as coisas mudariam. Fomos para as ruas pela liberdade, pela anistia, para pedir eleições para o Diretório Acadêmico e para a Presidência da República. Na época, havia adesivos que diziam: ‘Brasil, ame-o ou deixe-o.’ Eu o amo e não quero deixá-lo. Como aos 16 anos, aos 61 eu continuo do mesmo jeito. Não quero me mudar do Brasil, quero mudar o Brasil.

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

A rua é boa. No carnaval, na manifestação, e, eu que sou do interior, acho que até no enterro é melhor, porque as pessoas vão todas juntas, cantando. A rua é para nós.”

A ministra acha que é hora de “transformar” a Justiça para que ela seja mais célere e atenda aos desejos dos cidadãos. Ela está trabalhando em um projeto para acelerar o julgamento de quem pratica crime contra a mulher e argumenta que “a Justiça que tarda falha”.

Quando perguntei sobre a crise atual, ela explicou que crise tanto pode ser instabilidade, ou uma ruptura, fase final de uma evolução, quando mudanças radicais, “de raiz”, transformam a nossa vida. Em momentos assim, os governos não respondem com a mesma rapidez exigida pela sociedade: “As demandas se acumulam. As perguntas são novas e não há respostas. A democracia vive da confiança e há muita descrença na sociedade. As instituições não podem ser consideradas desnecessárias.”

Cármen Lúcia termina a conversa com um estímulo à esperança e ao esforço: “Uma última palavra. Como dizia o nosso Guimarães Rosa: ‘Sorte é merecer e ter’. Eu acho que o Brasil merece ter paz maior, Justiça maior, serviços melhores, mas nós brasileiros precisamos entender que temos que brigar para ter, porque nós merecemos.”

31 MAI 2015

31 MAI 2015

# GAZETA DO POVO

» FINANÇAS ESTADUAIS

## Dívida do governo do PR com auditores pode chegar a R\$ 1 bi

Rogério Waldrigues Galindo

Nos últimos dez anos, o governo do Paraná deixou acumular uma dívida com os auditores aposentados da Receita Estadual que pode passar de R\$ 1 bilhão. Curiosamente, a dívida tem relação com o bom desempenho da arrecadação de impostos pelo estado. Os auditores têm direito a um adicional de “produtividade”, que deveria ser pago mensalmente conforme eles melhoram seu desempenho. No entanto, desde 2004 esses excedentes têm sido parcialmente retidos.

O governo do estado afirma que a solução da questão depende da Justiça, já que os auditores levaram o caso ao Judiciário. Os aposentados ganharam as duas ações propostas e agora esperam o resultado de uma ação de execução. Por enquanto, sendo assim, não há qualquer previsão do governo sobre quando e como esses valores seriam quitados. O governo, no entanto, nega que a dívida chegue a R\$ 1 bilhão, e estima que fique perto da metade desse valor.

A dívida do governo com os auditores é formada de duas partes. Por um lado, há as cotas mensais de produtividade. Por outro, há os “bônus” — que são o valor que excede a parcela que pode ser paga mensalmente. Esses valores excedentes são acumulados em uma conta corrente coletiva e eram repartidos entre o pessoal da ativa. Tudo mudou em 2004, quando os

aposentados entraram na Justiça alegando que também tinham direito a entrar na divisão, por uma questão de paridade.

Alegando que precisava ter condições de pagar o valor caso houvesse decisão judicial, o governo do estado, na época da gestão de Roberto Requião (PMDB), decidiu reter 50% dos pagamentos feitos aos auditores da ativa para poder fazer a repartição com os aposentados se isso fosse ordenado. “Hoje essa dívida passa de R\$ 1 bilhão”, afirma o presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita do Estado do Paraná, José Carlos Carvalho.

O caso veio à tona na semana que passou, quando a **Gazeta do Povo** revelou o conteúdo de uma reunião do sindicato dos auditores, o Sindafep, realizada em agosto de 2014. Nela, os auditores diziam que tentariam resolver a questão repassando para o governo parte do valor. A ideia, segundo Carvalho dizia na gravação, era usar como moeda de negociação o abatimento que os advogados envolvidos nas ações dariam em caso de solução amistosa. O valor poderia chegar a R\$ 40 milhões.

Procurado pela reportagem, Carvalho disse que o plano, embora tenha sido idealizado, nunca chegou a se concretizar. “E agora nem dá, porque o estado está quebrado.” Em nota enviada ao jornal, Carvalho ressaltou posteriormente que o caso está na Justiça e que qualquer acordo dependeria de homologação judicial.

### União terá de indenizar família de vítima de acidente da Gol

A União terá de pagar R\$ 28,8 mil por danos morais e materiais à filha e à viúva de uma vítima do acidente do avião da Gol, que em 2006 se chocou no ar com um jato Legacy. A decisão, do ano passado, se tornou definitiva na quinta-feira (28) e não cabe mais recurso. Rosane, mulher da vítima, e Luiza Gutjahr, filha, ajuizaram ação na Justiça Federal de Curitiba, em 2009, sustentando que não receberam os objetos pessoais dele nem o valor de R\$ 8.826 que ele carregava no voo. Segundo elas, a Força Aérea Brasileira, responsável pelo resgate dos corpos, roubou objetos das vítimas. O acidente resultou na morte de 154 pessoas na Serra do Cachimbo (MT). “Essa decisão reconhece que os corpos foram pilhados. É mais uma constatação dos erros dessa tragédia”, disse Rosane, também diretora da Associação de Familiares e Amigos das Vítimas do Voo 1907. A viúva de Rolf Gutjahr vai destinar o valor da indenização a uma instituição de caridade que abriga crianças órfãs.

# GAZETA DO POVO

## Maioridade penal deverá ser votada até o fim de junho

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que diminui de 18 para 16 anos a maioria penal será votada até o fim de junho, informou ontem o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), em seu perfil no Twitter. O peemedebista disse que a comissão especial que trata do tema concluirá os trabalhos até o dia 15 de junho e, imediatamente, a proposta será levada a plenário.

“Além dessa polêmica, teremos ainda muitas outras, já que não vamos deixar de levar a votação da matéria porque um grupo do PT não quer”, disse Cunha, afirmando que a redução da maioria penal estava parada há mais de 20 anos e “tiramos da gaveta”.

“O PT não quer a redução da maioria, e acha que todos têm de concordar com eles”, postou o presidente da Câmara. Cunha disse ainda que defende um referendo sobre a questão para que se faça um grande debate e afirmou que a consulta poderia acontecer junto com as eleições de 2016.

Em meio a muita polêmica, a proposta para reduzir a maioria penal de 18 para 16 anos foi aprovada no dia 31 de março na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. A discussão esquentou com a morte do médico Jaime Gold, no Rio. Ele andava de bicicleta na Lagoa, no dia 19 de maio, quando morreu após ser esfaqueado durante um assalto, supostamente por adolescentes.

# 01 JUN 2015

## BESSA

### Ao menino Moro

Mais uma vez o cantor Fagner dedicou a música *Guerreiro Menino* ao juiz Sérgio Moro durante o show que fez sábado no Teatro Positivo – Grande Auditório. Os dois são amigos. Moro não estava presente. Ao ouvir o nome do juiz da Operação Lava Jato, a plateia aplaudiu. Outro que mereceu menção do cantor cearense foi o ex-craque do Coritiba Alex, que estava com a mulher, Daiane. Também foi aplaudido.

## NOTA POLÍTICA

### Ameaças

O ministro Teori Zavascki, relator dos processos da Operação Lava Jato no Supremo Tribunal Federal, recebeu há cerca de um mês um e-mail intimidador. O autor das ameaças já foi identificado e o caso foi encaminhado à Polícia Federal. O autor do e-mail tentou constranger e ofender o ministro, mas não fez ameaças de morte ou à integridade física de Zavascki.

## ANDRÉ GONÇALVES

### Previdência no STF

O Ministério da Previdência articula nos bastidores a retomada do julgamento da ação que deu autonomia ao governo do Paraná para realizar mudanças na Parana Previdência. O estado é amparado por uma decisão liminar favorável do ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal. A negociação é para que o processo seja julgado em definitivo pelo plenário. Marco Aurélio também concedeu liminar que favoreceu o governo do estado para a liberação de diversos empréstimos, no ano passado.

01 JUN 2015

# GAZETA DO POVO

## Faculdade

# Evangélica fecha acordo e demite 105 professores

Instituição fechou seis cursos e manteve só o de Medicina. Demitidos aguardavam desde fevereiro decisão a respeito de demissão coletiva

*Naiady Piva*

A Faculdade Evangélica do Paraná (Fepar) concluiu na sexta-feira (29) a demissão de 105 professores, após audiência na Justiça do trabalho. Em dezembro, a instituição fechou seis dos sete cursos de graduação. A demora na homologação das demissões ocorreu porque a faculdade resistiu em considerar a ação como uma demissão coletiva, segundo o advogado Valdyr Perrini, presidente do sindicato dos professores (Sinpes).

A audiência foi mediada pela desembargadora Ana Carolina Zaina, vice-presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT). A Fepar tem 24 meses para quitar as dívidas com os funcionários referentes à rescisão do contrato e à indenização a que cada um terá direito devido à demissão coletiva.

A indenização é de três salários iguais ao de fevereiro para quem tinha de um a três anos de casa; de cinco salários para quem tinha entre três e cinco anos; e de sete salários para quem tinha mais de cinco anos de serviço.

Se não quitar os débitos em dois anos, a Fepar terá mais dez meses para pagar o restante, período em que incorrem juros. Para quem ganhava menos de R\$ 1.500, o prazo cai de 10 para 6 meses.

O Saaepar, que representa os funcionários demitidos, tem até 2 de junho para se manifestar, "ratificando, ou não, os termos do acordo". Ficou decidido que a parcela da indenização paga pela Fepar não pode ser inferior a R\$ 400 para os demitidos que não são professores.

Na ação, movida pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), a Fepar fica obrigada a pagar uma indenização por demissão coletiva a cada funcionário. Esse valor, bem como o dinheiro da rescisão contratual, deve ser pago em até 24 meses, a partir de junho.

### **Intervenção**

A decisão de fechar os cursos de Enfermagem, Medicina Veterinária, Nutrição, Psicologia, Tecnologia em Gestão Ambiental e Fisioterapia foi uma das primeiras medidas tomadas por Fabrício Hito, nomeado diretor da facul-

dade e do Hospital Evangélico após pedido de intervenção judicial do MPT. O Sinpes contestou a decisão na Justiça. Em 29 de janeiro, o desembargador Arion Mazurkevich, do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR), determinou a reabertura dos cursos.

Os alunos que retornaram foram obrigados a assinar um termo de ciência em que admitiam que um novo fechamento poderia ocorrer a qualquer momento, segundo Perrini. O documento atemorizou os alunos, que optaram pela transferência de instituição. Procurada, a direção da faculdade não se manifestou.

A briga entre direção, alunos e professores levou a uma nova intervenção. Em 26 de fevereiro, o TRT designou a professora Carmen Austrália Paredes Marcondes Ribas como interventora da faculdade, e manteve Hito à frente do hospital.

**CONTINUA**

01 JUN 2015

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO DÍVIDAS

### Nome de interventor gerou desconfiança

A nomeação do médico Fabrício Cascardo Hito como interventor do Hospital Evangélico e da Faculdade Evangélica foi tomada em 17 de dezembro pelo juiz Eduardo Milléo Baracat, do TRT, porque o MPT alegou haver mais de 1.300 ações trabalhistas contra o hospital. Hito tem 12 meses, prorrogáveis por mais 12, para colocar a casa em ordem. Há outras dívidas além das trabalhistas. No segundo semestre de 2014, o pronto-socorro fechou duas vezes, por falta de medicamentos e de oxigênio. A escolha de Hito foi vista com desconfiança por estudantes e sindicatos, porque ele havia sido contratado pela Sociedade Evangélica Beneficente (SEB) uma semana antes para trabalhar como executivo do hospital. A médica Carmen Austrália Paredes Marcondes Ribas assumiu a faculdade para minimizar a crise após o fechamento dos cursos. Em nota, o Sinpes questionou a "imparcialidade" da interventora devido à sua possível proximidade com a SEB.



30 MAI 2015

# O ESTADO DE S. PAULO Repressão a professor no PR custou R\$ 1 milhão

PM usou 1 bomba para cada 15 docentes e deu 20 tiros por minuto; 234 se feriram

Julio Cesar Lima

ESPECIAL PARA O ESTADO / CURITIBA

Uma bomba para cada 15 professores, uma bala de borracha para cada dez e 20 tiros por minuto na direção do magistério pelo custo de R\$ 1 milhão. Esse foi o custo da operação militar que resultou no confronto entre policiais e professores, no dia 29 de abril, que deixou um saldo de 234 feridos (21 policiais). E o valor pode ser ainda maior.

Só o documento apresentado pela PM sobre os gastos com armas e munições, exigido pelo Ministério Público de Contas (MPC) logo após os conflitos, se aproxima desse valor (R\$ 948 mil). E outros setores do governo também devem entregar seus relatórios de gastos.

Segundo o documento da polícia, foram disparadas 2.323 balas de borracha e 1.413 bombas de fumaça, gás lacrimogêneo e de efeito moral, além de terem sido usadas 25 garrafas de spray

de pimenta pelos 2.516 policiais que atuaram na operação.

Os policiais que participaram da ação, coordenada pelo ex-comandante da PM, coronel Cesar Kogut, eram em sua maioria de Curitiba (1.661). Havia 855 do interior. Esse efetivo consumiu R\$ 550 mil e as munições de menor poder ofensivo chegaram a R\$ 395 mil.

**Investigações.** O Ministério Público do Paraná (MP-PR) deve entregar em 30 dias os resultados das investigações feitas desde o dia 30. No total, são 3.600 páginas em 18 volumes. Foram prestados 294 depoimentos ao MP - 187 em registro audiovisual.

Na abertura da fase de depoimentos, o promotor Olympio de Sá Sottomaior preferiu não antecipar nenhum resultado, mas disse que toda a cadeia de comando seria ouvida, ao passo que "houve indícios de exageros" na ação policial, que ainda fugiu "dos padrões".

## o Greve em SP

Em assembleia ontem no vão-livre do Masp, os professores da rede estadual decidiram manter a greve, que já dura 75 dias. Após o ato, mil docentes fizeram passeata pela Avenida Paulista.

**Protesto.** Ontem, quando se completou um mês do conflito, os professores do Paraná fizeram um ato com cerca de 10 mil manifestantes. A marcha "29 de abril", como foi intitulada, percorreu as ruas de Curitiba e terminou com um ato no Palácio Iguaçu, sede do governo.

30 MAI 2015

O ESTADO DE S. PAULO

# Mendes Júnior tem bens bloqueados pela Justiça

Decisão soma R\$ 137,2 milhões e tem como objetivo garantir reparação à Petrobrás por desvios, se empresa e ex-funcionários forem condenados

**Ricardo Brandt**

ENVIADO ESPECIAL / CURITIBA

A Justiça Federal decretou o bloqueio de R\$ 137,2 milhões em bens da Mendes Júnior Participações S/A e da Mendes Júnior Trading e Engenharia S/A, alvos da Operação Lava Jato, que investiga desvios na Petrobrás. A medida atinge também o ex-vice-presidente executivo da trading, Sergio Cunha Mendes, o ex-vice-presidente corporativo Ângelo Alves Mendes e Rogério Cunha de Oliveira, Alberto Elísio Vilaça Gomes e José Humberto Cruvinel Resende, todos ex-funcionários do grupo.

Com a decisão de ontem, os valores bloqueados de empreiteiras do caso Petrobrás já superam R\$ 1 bilhão. Antes, o Ministério Público Federal já havia obtido o bloqueio de R\$ 282,49 milhões em bens de uma empresa da OAS e de seus executivos. Também foram congelados R\$ 153,95 milhões da Engevix e da Jackson Empreendimentos. Galvão Engenharia (R\$ 302,56 milhões), além de Camargo Corrêa e Sanko Sider (R\$ 241,54 milhões) foram outras empresas atingidas por decisões do gênero.

O bloqueio de bens da Mendes Júnior foi solicitado à Justiça Federal do Paraná em medida cautelar paralela à ação civil pública por improbidade administrativa ajuizada pela força-tarefa da Operação Lava Jato.

Segundo a Procuradoria da República, os valores indisponíveis correspondem a 1% do total dos

contratos firmados entre as empresas e a Petrobrás – cerca de R\$ 34 milhões –, além de multa civil de três vezes o valor do acréscimo patrimonial indevido.

**Acerto.** Segundo a decisão da Justiça Federal, as provas apresentadas na medida cautelar confirmam que “em todos os contratos celebrados com as empresas cartelizadas havia o acerto de pagamento de propina de 1% do valor total dos contratos ao então diretor Paulo Roberto Costa”.

O despacho tem caráter liminar e é de garantia, ou seja, no momento não há alienação de bens e destinação imediata dos valores aos cofres da Petrobrás.

Os réus da ação civil pública de improbidade administrativa – tanto pessoas físicas como empresas – têm até 15 dias para apresentarem em juízo bens livres e desimpedidos passíveis de constrição judicial. A Mendes Junior, por sua assessoria de imprensa, disse que “não se pronuncia sobre inquéritos e processos em andamento”. O criminalista Marcelo Leonardo, que defende a empresa e seus executivos, disse que “não tem informação” sobre o bloqueio de R\$ 137 milhões.

31 MAI 2015

O ESTADO DE S. PAULO  
Reportagem Especial \*  
Sistema prisional

# APÓS 2 ANOS, REDUÇÃO DE PENA PELA LEITURA ATINGE SÓ 4 PRESÍDIOS

Entre as obras mais lidas está a que descreve  
roubo do cofre de ex-governador

## ◉ Outros Estados

Pelo menos três outros Estados –  
Piauí, Paraná e Goiás – adotam a  
redução da pena por meio da leitura.

## OS MAIS LIDOS

1. O Cofre do Dr. Rui, Tom Cardoso

2. A Cabana, William P. Young

3. O Perfume, Patrick Suskind

4. O Caminho do Guerreiro  
Pacífico, Dan Millman

5. Nunca Desista de Seus  
Sonhos, Augusto Cury

CONTINUA

**Luiz Fernando Toledo**  
HORTOLÂNDIA

**A**s quintas-feiras, um grupo de 28 rapazes se reúne em uma pequena biblioteca em Hortolândia, região de Campinas, para discutir literatura. Chegam de chinelos nos pés, com os olhos voltados ao chão e as mãos cruzadas nas costas. Estão no Centro de Progressão Penitenciária (CPP) do município. Estes homens participam do primeiro programa de redução de pena pela leitura do Estado de São Paulo.

Marcos (nome fictício) tem 31 anos e já leu 11 livros desde o início do projeto – é o recordista do grupo. Foi preso duas vezes por roubo e responde a seis processos. Seu maior objetivo, como de todo sentenciado, é deixar o presídio. “Não tinha consciência das coisas. Eu só pensava na ambição, em melhorar minha condição de vida”, contou.

Aprovada há dois anos, apenas quatro unidades prisionais do Estado – de um total de 162 – adotam a chamada remição de pena por leitura aos seus sentenciados. No período, só 28 reduções já foram aprovadas e outras 196 aguardam decisão judicial. O Estado tem hoje 220 mil presos, segundo a Secretaria de Administração Penitenciária (SAP). A previsão da Corregedoria do Tribunal de Justiça de São Paulo, responsável pela portaria que normatizou o processo, é que todos os presídios usem o sistema até o fim de 2016.

Além do CPP de Hortolândia, estão no programa a Penitenciária Dr. Antonio de Souza Neto, em Sorocaba, e duas penitenciárias femininas, de Campinas e de Sant’Ana, na zona norte de São Paulo – estas começaram neste ano a trabalhar com essa modalidade de redução de pena.

Marcos passou a ler na cadeia para diminuir a pena, como todos os outros, mas o hábito – disse – se tornou mais importante do que os dias descontados. “Eu me arrependo. Mas agora quero mudar, voltei a estudar.” Enquanto não pode sair, leva os livros para o pátio e para a cela. Durante o dia, trabalha como serralheiro – outra forma possível de reduzir a pena na prisão. Ele poderá pedir liberdade condicional só em 2018.

O homem que passou quase metade da vida atrás das grades agora quer ser médico psiquiatra. “Quero poder entender a mente das pessoas e auxiliar de alguma maneira.” Quando entrou no presídio, tinha o 5.º ano do ensino fundamental. Agora, depois de acompanhar as aulas e o projeto de leitura, sonha com o futuro. “Já fiz o Enem e acho que a leitura me ajudou a ir bem.”

Marcos lia naquela semana *Incidente em Antares*, de Erico Veríssimo. Mas a obra que mais lhe chamou a atenção foi *Ensaio sobre a Cegueira*, de José Saramago. “Mostra uma sociedade que é cega. Uma sociedade de pessoas fazendo as coisas pensando só nelas. E aí começa uma epidemia de cegueira, contagiosa. É como se fosse a consciência das pessoas contaminando todo mundo.” Marcos liga a obra à sua situação: a prisão é a cegueira e o arrependimento, uma saída. “Na hora que voltaram a enxergar, eles tiveram uma visão diferente em relação à vida.”

**Aulas.** O grupo de estudos se reúne sempre às 17h. A sala de leitura fica em um ambiente diverso do presídio. O espaço é como uma escola: há um corredor com murais nas paredes, cartolinas com trabalhos feitos pelos presos. O acervo é de 1,9 mil livros. Em prateleiras estão os mais lidos naquele lugar. Alguns se dedicam à leitura de jornais, outros observam as capas das obras, com curiosidade. Além da leitura, os presos podem assistir às aulas regulares administradas pela Secretaria Estadual de Educação (SEE), outra forma de diminuir a pena.

Estes homens trazem características semelhantes. Pobres e com ensino fundamental incompleto. Quase sempre, presos por roubo ou tráfico de drogas. Como o CPP opera em regime semiaberto, boa parte da população está a poucos meses do cumprimento da pena e tem bom comportamento – exigência para participação no processo.

“Eles chegam pelo incentivo na pena, mas ficam pelo interesse”, contou Elisandre Oliveira, pedagoga que coordena os encontros e comanda as rodas de leitura. Um a um, os rapazes são convidados a dizer o que entenderam dos livros. <sup>1</sup>

**CONTINUA**

## CONTINUAÇÃO

Não vale timidez: é preciso ao menos fazer um resumo das obras. Carlos (nome fictício), de 46 anos, está a 30 dias de ser solto, mas continua acompanhando o projeto. Assiste às rodas de leitura há 11 meses. No período, leu oito livros. "Eu não lia antes, comecei a ter esse hábito aqui."

Carlos é mais um que afirmou ter deixado a redução da pena em segundo plano e ganhado o hábito de ler. Foi preso após sequestrar o funcionário de uma empresa para roubar uma carga de cigarros. A vítima foi obrigada a entrar no veículo com Carlos e dois comparsas, que o encapuzaram. Casado e pai de dois filhos, também disse se arrepender do crime. Quer estudar Engenharia Civil. "Até prestei o Enem. Quero melhorar." Agora, lê *A Mulher de Preto*, suspense da escritora Susan Hill.

**VAR-Palmares.** Apesar de não haver exigências claras de quais textos podem ser lidos, a lista de gênero escolhida pelos presos é extensa. *Nunca desista de seus sonhos*, de Augusto Cury, está entre os mais lidos. Histórias de superação, empreendedorismo e sucesso também não param nas prateleiras: da vida do apresentador Silvio Santos a *Pulmão de Aço*, obra que conta a história de uma menina com poliomielite que cresce em um hospital.

A obra mais procurada, no entanto, é sobre um roubo. Não qualquer um, mas o mais importante praticado pela Vanguarda Armada Revolucionária (VAR-Palmares), grupo armado da esquerda do qual a presidente Dilma Rousseff fez parte durante a ditadura. *O Cofre do Dr. Rui*, do jornalista Tom Cardoso, mostra como o grupo se apoderou de US\$ 2 milhões do cofre da amante do ex-governador paulista Adhemar de Barros.

Pelas 11 obras lidas, Marcos pode reduzir 44 dias de sua pena. Carlos, 32. O processo leva algum tempo: os participantes têm até um mês para ler, no máximo, um livro. Cada obra lida retira quatro dias da pena. No período, devem fazer uma resenha escrita à mão, de três a quatro páginas. Tudo será submetido a uma professora e, depois, à Vara de Execuções Criminais (VEC).

# PROJETO DEVE CRESCER, DIZ TRIBUNAL DE JUSTIÇA

A baixa adesão à remição de pena, segundo a Corregedoria do Tribunal de Justiça, ocorreu por causa de uma burocracia já superada nas execuções criminais – a necessidade de regulamentação da portaria por dezenas de juízes-corregedores das unidades prisionais. "Dependíamos da atuação do juiz-corregedor de cada vara, e a atribuição dele se limitava a poucas unidades prisionais", explicou o juiz-assessor da Corregedoria Jayme Garcia dos Santos Junior.

Mas, desde o início de 2014, uma lei deu início à instalação do chamado Departamento Estadual de Execuções Criminais, dividido em dez unidades regionais responsáveis por todos os presídios de São Paulo. A unidade regional de Bauru, por exemplo, tornou-se responsável por 26 unidades prisionais. A de Campinas, por 30.

Agora, em vez de passar por dezenas de juízes-corregedores, a edição da portaria que permite a remição de pena por leitura depende da decisão de poucos magistrados. Segundo a Corregedoria, cinco unidades já aprovaram a medida. "A tendência é que todas as unidades regionais aprovelem até o fim do ano", disse Santos Junior. A partir

disso, caberá às unidades prisionais deslocar uma equipe para fazer o trabalho, processo que deve ocorrer em até 10 meses após esta regulamentação.

Além da Justiça, parcerias com a iniciativa privada também devem aumentar o número de unidades envolvidas na redução de pena por meio da leitura. Neste ano, a Companhia das Letras fez parceria com a Fundação Professor Dr. Manoel Pedro Pimentel (Funap) para levar um programa de leitura a oito unidades prisionais do Estado. As unidades prisionais terão grupos de 20 reeducandos que debaterão as obras e entregarão uma resenha, assim como já ocorre em Hortolândia e Sorocaba. As unidades participantes são: Penitenciária 2 de Guarulhos, Feminina de Sant'Ana, 1 de Mirandópolis, Feminina de Pirajuí, 1 de Campinas, 1 de Serra Azul, Marabá Paulista e Iperó. /L.F.T.

## 3 PERGUNTAS PARA... JOSÉ RENATO MALINI

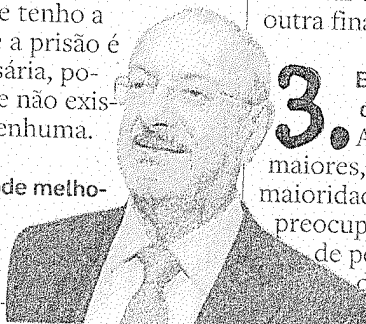
José Renato Malini, presidente do Tribunal de Justiça

**1.** Como o senhor avalia o uso da remição na execução de pena?  
Nós estamos recorrentemente preocupados com o excesso de prisões. Alcançamos o índice indesejado de um dos países que mais prendem. Fiquei 15 anos no Tribunal de Alçada Criminal e tenho a convicção de que a prisão é um mal. É necessária, porém, sabemos que não existe recuperação nenhuma.

**2.** A leitura pode melhorar o indivíduo?  
Já que a prisão deve ser uma rege-

neração, devemos dar oportunidade ao preso, e a educação é a chave para tal. Então, pensamos em fazer o preso ler. Se há remição pelo trabalho físico, por que não pelo mental? Mas nós quisemos mostrar que a prisão deve cumprir outra finalidade.

**3.** Essa ação pode reduzir a criminalidade?  
A sociedade quer penas maiores, pena de morte, reduzir a maioria penal, mas não se preocupa em fazer uma análise de por que nós estamos vendo o crime disseminar e a violência recrudescer.



# O ESTADO DE S. PAULO

## MARCO AURÉLIO MELLO

ENTREVISTA

31 MAI 2015

Marco Aurélio Mello, ministro do Supremo Tribunal Federal

### Liberdade de condenados frustra cidadão comum', afirma ministro

Após 10 anos, o que mais o marcou no julgamento do mensalão?

O julgamento revelou que todos são iguais perante a lei, afastando a ótica segundo a qual o Supremo não condena detentor de prerrogativa de foro. Foi emblemático.

Qual foi o momento mais tenso?

Fora os atritos desnecessários do relator (o ex-ministro Joaquim Barbosa) com o revisor (o atual presidente do STF, Ricardo Lewandowski) e outros integrantes do colegiado, não houve tensão, mas sim o desgaste natural da duração do julgamento.

Frustra o sr. saber que muitos condenados já estão em liberdade ou em regime domiciliar?

Frustra o cidadão comum. O tribunal, tecnicamente, ou seja, ante circunstâncias judiciais negativas, poderia ter imposto o regime inicial de cumprimento das penas fechado. Mas o relator, tido como um juiz rigoroso, propôs o semiaberto e foi acompanhado, inclusive pelo revisor. Deu no que deu: a conclusão, julgando agravo regimental, de que os presos teriam direito ao trabalho externo e a progressão, atendidos os requisitos legais, para o regime aberto. Aliás, a visão não foi do relator, no que indeferiu pedidos de trabalho externo, sendo interpostos agravos, que ele não levou ao colegiado, gerando inclusive incidente com um dos advogados – do réu (José) Genoíno, a todos os títulos desagradável. Quem sabe a aposentadoria precoce do relator tenha resultado da visão de que o colegiado reformaria, como reformou, as decisões que proferira?

Há outros mensalaes por aí?

Há quem diga que, diante do momentoso caso Lava Jato, o mensalão transmudou-se em mensalinho. / FAUSTO MACEDO

# O ESTADO DE S. PAULO

RUBENS GLEZER

SUPREMO EM PAUTA

ESTADÃO

FGV DIREITO SP

31 MAI 2015

## Julgamento invadiu imaginário social

**P**or que o julgamento do mensalão chamou tanto a atenção da nação? Muitos dizem que esse fenômeno foi fruto de atenção exagerada da mídia, ou de um movimento político contra a subida e manutenção do PT na Presidência da República. Ainda que se considere corretos esses fatores, eles não são capazes de explicar, por si só, o grau de relevância que o julgamento assumiu no imaginário social e no dia a dia das pessoas. Como explicar máscaras de carnaval com rostos de ministros do STF ou conversas de boteco sobre o cabimento de embargos infringentes? O julgamento do mensalão foi importante para as pessoas porque comunicava – e comunica – aspectos cruciais do que vivenciamos e pensamos sobre política e democracia.

Ao longo do julgamento era possível presenciar uma montanha-russa de otimismo e pessimismo em relação aos rumos do País. Antes do julgamento, imperava a noção de que tudo acabaria na mais clássica pizza. Durante as sessões de votação, houve uma clara mudança na percepção pública: poderia ser o fim de uma era de impunidade aos poderosos da alta cúpula política e econômica. Porém, já com a fase de recursos, as mudanças na composição do Tribunal que geraram revisões importantes no julgamento e a decretação e cumprimento das penas, sobrou um sentimento de ambiguidade: será que superamos a cultura da impunidade dos poderosos? Será que políticos de outros partidos seriam punidos igualmente? A prisão em regime semiaberto é um resultado realmente importante?

Esse mesmo ciclo de expectativas exageradas e um final ambíguo aparecem em outras partes da cena política brasileira. As manifestações de junho e a apropriação do mecanismo de protestos pelos mais diversos conjuntos sociais, com os mais distintos interesses e realizadas nas mais diferentes formas, também deixam hoje um espírito de incerteza. Algo muito semelhante pode ser dito sobre a relação com o Legislativo e o seu inquietante período de extraordinária atividade e votação sobre a reforma política. O que dizer então da Operação Lava Jato, com prisões de diretores de grandes empreiteiras, ocorrendo em torno da ambígua figura do juiz Sérgio Moro?

Em meio a tudo isso, a população precisa se apropriar de informações sobre lavagem de dinheiro, financiamento de campanha, sistema proporcional e distrital de eleição e outras questões que afetam os rumos da democracia. Precisamos ser capazes de discutir o que é mais adequado para uma vida boa e uma sociedade plural e diversa, levando em conta a ação social e de todos os Poderes. Parece que a política (no melhor sentido) foi ressuscitada no cotidiano e o julgamento do mensalão fez parte desse processo. Porém, para essa política se manter viva, é preciso apreender com uma grande lição do mensalão: não é possível manter o tecido social se tomamos posições e discutimos à moda do que fizeram os ministros Joaquim Barbosa e Ricardo Lewandowski. Política não é Fla-Flu e precisamos ser melhores que isso em prol de uma sociedade democrática.



PROFESSOR E COORDENADOR DO SUPREMO EM PAUTA DA FGV DIREITO SP

01 JUN 2015

# TRIBUNA DO PARANÁ

# PRÓXIMA

# POLEMICA

Presidente da Câmara dos Deputados afirma que maioria penal será votada em junho

Agência Estado

O presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), utilizou o Twitter, ontem, para anunciar que depois da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Reforma Política, a Casa vai decidir sobre a "polêmica" representada pela redução da idade penal de 18 para 16 anos. "A próxima polêmica após a conclusão da reforma política será a redução da maioria penal, que votaremos até o fim



Cunha: votação em junho.

de junho em plenário", indicou. Ele disse, ainda, que irá sugerir ao relator da proposta a realização de um referendo sobre o tema em 2016. "Tenho absoluta convicção que a maioria da população é favorável".

Amanhã, a consultora no Brasil do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Karyna Sposato, será ouvida pela comis-

são especial criada pela Câmara para discutir a PEC da maioria penal. Em março, o Unicef já se posicionou contra a proposta. A entidade afirma que a iniciativa se choca com a Convenção sobre os Direitos da Criança, da Organização das Nações Unidas (ONU), a Constituição Federal do Brasil e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Quando a redução foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, o representante do Unicef no Brasil, Gary Stahl, criticou a mudança na idade penal. Segundo ele, a decisão esconde os problemas sociais do País. "Mais de 33 mil brasileiros entre 12 e 18 anos foram assassinados entre 2006 e 2012. Se as condições atuais prevaleceram, outros 42 mil adolescentes poderão ser vítimas de homicídio entre 2013 e 2019", disse. Stahl argumentou que "as vítimas têm cor, classe social e endereço", em referência à origem pobre da maioria dos jovens assassinados.



JORNAL DO ÔNIBUS 01 JUN 2015

# Cunha diz que maioridade penal será votada em junho

## Presidente da Câmara prevê momentos tensos no Congresso

O presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), utilizou uma rede social neste domingo, 31, para anunciar que depois da aprovação da PEC da Reforma Política, da qual ainda faltam emendas para apreciação em plenário, a Casa vai decidir sobre a "polêmica" representada pela redução da idade penal de 18 para 16 anos. "A próxima polêmica após a conclusão da reforma política será a redução da maioria penal, que votaremos até o fim de junho em plenário", indicou.

Cunha utilizou sua conta no Twitter para rebater críticas recebidas nos últimos dias sobre a condução da votação da Reforma Política, que culminou com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) protocolada ontem por 61 deputados do PT (36 parlamentares), PPS (8), PSB (6), PCdoB (6), PSOL (4) e PROS (1). "Esses mesmo já foram ao STF tentando impedir a continuação da discussão (da maioria),

após a CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) aprovar a admissibilidade (da matéria). A comissão especial da redução da maioria penal deve concluir seu trabalho até dia 15 de junho e levaremos imediatamente ao plenário", afirmou. ●

## NOTA POLÍTICA

### Deputados condenados

Os deputados Nereu Moura e Luiz Cláudio Romaneli, ambos do PMDB, foram condenados pela 3ª Vara da Fazenda Pública, de Curitiba, por ato de improbidade administrativa na Assembleia Legislativa do Paraná. A decisão do juiz Roger Vinicius Pires de Camargo Oliveira é de primeira instância, portanto, ainda cabe recurso dos réus.

# IMPACTO PARANÁ

## JUSTIÇA

Osmann de Oliveira  
- Advogado

30 MAI 2015

## QUEREM DERRUBAR O JUIZ E O DELEGADO

A notícia é verdadeira e já se encontra em revistas e jornais do Brasil: um dos policiais integrantes da operação "Lava-Jato" revelou que foi designado para instalar aparelhos eletrônicos no compartimento aonde se encontra recolhido um dos principais "lobistas" do esquema de corrupção que envolvia altos funcionários da Petrobrás com empreiteiros de obras públicas.

Interessante, segundo o próprio policial, é que fios e gravadores deveriam ficar ocultos. Mais interessante foi que o próprio doleiro deixou-se fotografar, com fios e microfones nas mãos (???) dizendo que fôra vítima de armação e que isso poderia redundar na anulação de todo o processo o que o levaria a absolvição.

Agora vêm à tona as origens desse ardil. Segundo diligências encetadas pela própria Polícia Federal, em Brasília, foram instalados de fato instrumentos de escuta, porém, estes permaneceram inativados.

O ilustre Agente de Polícia Federal, em Curitiba, não negou. Trata-se do doutor DALMEY FERNANDO WERLANG, cuja conduta vem sendo elogiada. O que se deduz da forma como age é que, preservando a Constituição Brasileira o sigilo como garantia de cidadania, pode a autoridade policial invocar o direito comparado e imitar-se no que prevê, por exemplo, a legislação italiana (Código Penal de 1988, onde, com algumas restrições, tem a polícia possibilidade de proceder escutas e gravando conversas. Funciona como auxiliar da chamada Magistratura Requerente, ou seja, o Ministério Público. Ainda que as provas obtidas por

meios alheios à legalidade não sejam permitidas há, ali, uma certa condescendência e, assim, o é, também, em outros países.

No Brasil vige o princípio do "devido processo legal". Mas este, em delitos graves, como, por exemplo, o de organização de quadrilha ou bando contra o cidadão ou contra o ente público cede lugar ao artigo 6º do Código de Processo Penal quando libera à Polícia Judiciária a coletar todas as provas "que servirem para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias". Esse dispositivo há que ser conjugado com o artigo 3º da Lei 9.296/96, quando permite a "interceptação das comunicações telefônicas" autorizadas pelo juiz, "de ofício ou a requerimento", "da autoridade policial, na investigação criminal" ou do Ministério Público.

Pretender-se, entretanto, que uma falha ou outra, não deliberada, mas comunicada ao juiz ou promotor de Justiça determine a anulação integral de todo o processo é matéria discutível, até, porque deve-se evitar conflitos dentro dos órgãos investigativos.

Tem grupos em brigas abertas, ou seja, um querendo desqualificar o outro com objetivo, em tese, de derrubar o titular do órgão para assumir a direção da "Operação Lava-Jato" e, por igual, o próprio Juiz que, em tese, com abuso de poder, estaria chancelando ilegalidades. A revista "Veja", desta semana, com autoridades dos seus escritos, revela a situação gravíssima, ou seja, "venda" de informações. Esta, porém, está sendo apurada, pois, até aqui, ao que se saiba, todos os delegados que

atuam no Inquérito e todos os Promotores (Procuradores da República) e o digno magistrado, são homens probos. O ex-Ministro e ex-Presidente do STF, jogou água fria no assunto, dizendo: "ainda que se comprove que teria havido ilegalidade na "Lava Jato", isso não seria suficiente para desqualificar toda a operação" é que, comprovada a ilicitude da prova, esta poderia, até, ser anulada, mas válidas ficariam as demais circunstâncias e as quais seriam cotadas com o conjunto das demais.

Neste momento o importante é prestigiar o Juiz, Procuradores e todos os Delegados que agiram corretamente. Agora, mais do que nunca, é necessário que os esforços sejam intensificados, pois, a história não se escreve com a covardia dos desertores. Apoiar os que lutam num caso como esse, é materializar-se a confiança e a certeza de que a corrupção foi um cancro que se extirpa com as armas da coragem e da honra!

30 MAI 2015

# IMPACTO PARANÁ

## CANTINHO SIGILOSO

Imagem negativa de um dos integrantes da administração estadual e que não pode passar despercebida. Trata-se de uma ação civil pública por improbidade administrativa contra o ex-prefeito Silvio Barros II, do PHS, integrante transitório do governo Beto Richa e, cunhado da vice-governadora do Paraná, Cida Borgheti. Tal ação tramita há 1.639 dias na Justiça maringense. Tal matéria está na 1ª Vara da Fazenda Pública de Maringá tendo sido antes recebida na 5ª Vara Cível. Por falar na vice, seu irmão Juliano Borgheti, que foi pego no contrapé de uma baderna e selvageria em Joinvile em registro esportivo, tendo inclusive cumprido cadeia, passou a aparecer agora em programa político, parece que do PP, falando partidariamente a respeito de uma sigla que se desmoraliza com este tipo de participante. Aliás, depois das denúncias contra o falecido Janene e o vivo Nelson Meurer, o PP está sendo visto como sigla partidária que não se torna na verdade recomendável segundo comentou na Boca Maldita um atento leitor.

## GENTE

Mauro Ricardo, Secretário da Fazenda do governo Beto Richa continua na mira. Principalmente depois que revelaram terem o Tribunal de Justiça, Ministério Público e Assembleia Legislativa, terem sacado cerca de R\$ 23 milhões do Fundo Previdenciário. No total, depois da aprovação de lei permitindo tal procedimento, foram sacados da Paraná Previdência 44,4 milhões de reais garantindo as finanças do governo.